



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

Aos vinte e três dias do mês de janeiro de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 27, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE DEZEMBRO DE 2013
3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 1, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 9 DE JANEIRO DE 2014
4. REQ. N. 2092/13, DATADO DE 23/12/2013 – PC N.º 4912, DATADO DE 22/02/2012 – CELESTINO MIGUEL
5. REQ. N. 581/13, DATADO DE 19/04/2013 – PC N.º 153/12, DATADO DE 31/05/2012 – TERCENAS ACTIVIDADES HOTELEIRAS LDA.
6. REQ. N. 56/14, DATADO DE 20/01/2014 – PC N.º 337/13, DATADO DE 12/09/2013 – MÁRIO SIMÃO RODRIGUES

7. REQ. N. 23/14, DATADO DE 08/01/2014 – PC N.º 426/13, DATADO DE 11/11/2013 – ICEBEL-MAQ.DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL,LDA
8. REQ. N. 47/14, DATADO DE 13/01/2014 – PC N.º 683/11, DATADO DE 06/10/2011 – MARIA MANUELA PEREIRA NUNES
9. REQ. N. 505/13, DATADO DE 05/04/2013 – PC N.º 57/13, DATADO DE 07/03/2013 – MARIA AUGUSTA ALVES LOURENÇO E OUTROS
10. REQ. N. 1950/13, DATADO DE 28/11/2013 – PC N.º 137/10, DATADO DE 31/05/2010 – HELDER CARLOS SOUSA MORGADO
11. REQ. N.º 1941/13, DATADO DE 27/11/2013 – PC N.º 444/13, DATADO DE 27/11/2013 – F M P S FABRICAÇÃO DE MOLDES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LDA,
12. REQ. N. 72/14, DATADO DE 17/01/2014 – PC N.º 109/12, DATADO DE 16/04/2012 – SUN HUIQUN
13. REQ. N. 46/14, DATADO DE 13/01/2014 – PC N.º 44/10, DATADO DE 17/03/2010 – EDUARDO ENCARNÇÃO DURO
14. REQ. N. 43/14, DATADO DE 13/01/2014 – PC N.º 203/13, DATADO DE 04/07/2013 – DARCI DA SILVA HENRIQUE
15. REQ. N. 70/14, DATADO DE 17/01/2014 – PC N.º 455/13, DATADO DE 13/12/2013 – MARIA ELISA DE JESUS FERREIRA MARQUES - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA
16. REQ. N.1799/13, DATADO DE 06/11/2013 – PC N.º 870/00, DATADO DE 18/08/2000 – GETÚLIO PEDROSA VALGRANDE
17. REQ. N.1800/13, DATADO DE 06/11/2013 – PC N.º 871/00, DATADO DE 18/08/2000 – GETÚLIO PEDROSA VALGRANDE
18. REQ. N.1801/13, DATADO DE 06/11/2013 – PC N.º 872/00, DATADO DE 18/08/2000 – GETÚLIO PEDROSA VALGRANDE
19. REQ. N. 1741/12, DATADO DE 23/10/2012 – PC N.º 315/12, DATADO DE 23/10/2012 – JORGE GONÇALVES ROSA e VERA FLOR GONÇALVES ROSA
20. REQ. N. 656/12, DATADO DE 16/04/2012 – PC N.º 153/09, DATADO DE 14/07/2009 – MARIA DO CARMO CARREIRA FELICIANO ANTUNES

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

21. REQ. N. 55/14 , DATADO DE 15/01/2014 – PC N.º 578/07, DATADO DE 20/09/2007 – BANCO COMERCIAL PORTUGUES, S.A.
22. REQ. N. 2048/13, DATADO DE 13/12/2013– PC N.º 305/11, DATADO DE 09/08/2011 – MUSA-INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TURÍSTICOS, LDA
23. REQ. N. 1859/13, DATADO DE 14/11/2013 – PC N.º 10/10, DATADO DE 22/01/2010 – AUGUSTO BLANCO JESUS SANTOS
24. REQ. N. 67/14, DATADO DE 16/01/2014 – PC N.º 15/14, DATADO DE 16/01/2014 – LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
25. REQ. N. 68/14, DATADO DE 16/01/2014 – PC N.º 16/14, DATADO DE 16/01/2014 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.
26. REQ. N. 66/14, DATADO DE 16/01/2014 – PC N.º 14/14, DATADO DE 16/01/2014 – LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
27. REQ. N. 65/14, DATADO DE 16/01/2014 – PC N.º 13/14, DATADO DE 16/01/2014 – PT COMUNICAÇÕES, S.A..
28. REQ. N. 55/14 , DATADO DE 15/01/2014 – PC N.º 578/07, DATADO DE 20/09/2007 – BANCO COMERCIAL PORTUGUES, S.A.
29. REQ. N. 2040/13, DATADO DE 12/12/2013 – PC N.º 426/13, DATADO DE 11/11/2013 – ICEBEL-MAQ.DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL,LDA.
30. REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE
31. HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DO LOTE N.º 47 DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE
32. CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS, NO CENTRO EMPRESARIAL DA MARINHA GRANDE. ABERTURA DE PROCEDIMENTO.
33. CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO DA PRAIA DA VIEIRA. INCUMPRIMENTO. DELIBERAÇÃO FINAL.
34. CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO CAFÉ BAMBI EM SÃO PEDRO DE MOEL.
35. RECEPÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL
36. RECEPÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL

- 37. RECEPÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL
- 38. RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DATADO DE 16/01/2014
- 39. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
- 40. ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA - POVT - PROGRAMA OPERACIONAL VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO - EIXO PRIORITÁRIO II - SISTEMAS AMBIENTAIS E DE PREVENÇÃO, GESTÃO E MONITORIZAÇÃO DE RISCOS, DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO – CICLO URBANO DA ÁGUA
- 41. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2013, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 75.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013
- 42. PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.
- 43. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA *“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PATROCÍNIO JUDICIÁRIO EM TODOS OS PROCESSOS JUDICIAIS EM QUE O CONTRAENTE PÚBLICO SEJA PARTE OU INTERVENIENTE”*, PARA O PERÍODO DE 24 MESES, COM INÍCIO A 1 DE FEVEREIRO.
- 44. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO E EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM INÍCIO PREVISTO A 1 DE FEVEREIRO DE 2014 - RETIFICAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS EM 14/11/2013 E 28/11/2013
- 45. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 4.º FRENTE ESQUERDO DO BLOCO M, SITO NA AVENIDA DA LIBERDADE, CASAL DE MALTA – MAFALDA SOFIA GOMES GRÁCIO - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.
- 46. REESTRUTURAÇÃO DO ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA CELEBRADO COM O ARRENDATÁRIO ORLANDO JESUS GOMES NORTE, RESIDENTE NA RUA ANTÓNIO LOPES N.º 18, CAMARNAL

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

47. CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA COM GRAÇA MARIA NASCIMENTO, ARRENDATÁRIA RESIDENTE NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE N.º 12, CAMARNAL
48. AVERBAMENTO NO TÍTULO DE INSCRIÇÃO E AQUISIÇÃO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 3ºB, DO BLOCO 3º, SITO NA RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO, A FAVOR DOS HERDEIROS DE ADELINO ANTÓNIO SARAIVA SOUSA
49. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO APRESENTADA PELO SR. VEREADOR CARLOS LOGRADO - REGULAMENTO DO PROVEDOR DO MUNÍCIPE DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Foram atendidos os seguintes munícipes:

Srs. António Esteves e José Esteves, da firma J. Lemos Esteves, Ld.ª, que expuseram os seguintes assuntos:

1. Pavimentação da Rua Soprem – pretende saber qual o ponto de situação relativamente ao arranjo da rua, pois se inicialmente começou por ser um caminho agora tem muito trânsito, com uma passagem de cerca de 300 carros por dia. Necessita também de iluminação e sinalização;
2. Possível paragem da TUMG na estação da CP da Marinha Grande, uma vez que atualmente o local não é servido por qualquer transporte público.

O Sr. Vereador Paulo Vicente informou que a Câmara esteve para intervir nesta rua no ano passado, mas a Junta de Freguesia começou a tratá-la com semi-penetração. Disse ainda que passou na rua há pouco tempo, e apesar de não estar em muito mau estado, considera que merece um tapete betuminoso, pelo que se está a tratar do procedimento. Relativamente à iluminação, informou que há cerca de dois anos os serviços solicitaram à EDP uma intervenção e a iluminação foi melhorada, agora aguarda que os serviços o informem se a mesma é suficiente ou se tem que ser novamente melhorada.

O **Sr. Presidente** respondeu à segunda questão, informando que a TUMG contactou os Comboios de Portugal, E.P. para saber quantos passageiros utilizam a estação, para ver se é ou não rentável alargar uma linha. Neste momento aguarda-se essa resposta.

O **Sr. José Esteves** referiu que a sua empresa está junto à CP e por isso são abordados por nacionais e estrangeiros que lhes perguntam onde é a Marinha Grande e quais os transportes para o centro, tendo inclusive já transportado algumas dessas pessoas no seu próprio carro, tamanha é a falta de transportes públicos. Relativamente à iluminação referiu que a EDP não fez absolutamente nada desde a visita do Presidente, e que no seu entender não é necessário colocar muitos candeeiros, bastando um. Terminou a sua intervenção solicitando uma vez mais que seja dada atenção à situação exposta, uma vez que a rua tem muita utilização, tal como pode apurar por iniciativa própria, quando colocou um funcionário seu a contar os carros que ali passam e foram mais de 300.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** saudou todos os presentes e saudou também a organização das comemorações do 18 de janeiro, levada a cabo pela Câmara Municipal e pelo Sindicato Vidreiro, que apresentou uma panóplia de eventos diversificados e de qualidade.

Por último, informou que a qualquer momento poderá ter que sair, para ir a Tribunal testemunhar, mas regressará.

O Sr. Vereador António Santos abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Em setembro de 2013 o Presidente falou da falta de verbas dos Bombeiros para arranjar as viaturas, e que as reparações tinham que ser pagas a pronto. Prometeu 15.000€, que ainda não apareceram, e como as oficinas só aceitam pronto pagamento agora já não é só uma viatura que está parada mas sim duas.
- ⇒ Abordou a situação do cruzamento da guarda da Garcia, que lhe foi colocada por um munícipe, por se tratar de uma zona perigosa e onde ocorrem grandes acidentes, tendo aquele sugerido a colocação no pavimento, do lado poente, de faixas de quebra de velocidade.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** tomou nota e disse que ia verificar.

- ⇒ Por último solicitou a resposta à questão colocada em anterior reunião relativa ao relvado do ACM.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Chamou a atenção para a falta de luz nos corredores do Estádio, o que é perigoso para quem ali passa, uma vez que há muita atividade ao fim da tarde e à noite.
- ⇒ Questionou por que razão foram cortadas as árvores ao pé do cemitério;
- ⇒ Perguntou se as árvores plantadas na Av.^a Vítor Gallo são adequadas à circulação rodoviária e se houve esta preocupação com a segurança;
- ⇒ Pretende saber quando é que a estrada Ponte Nova/Canto do Ribeiro é aberta;
- ⇒ Quer saber o que se passa com as obras junto ao ATRIUM, que decorrem há mais de uma semana e a situação ainda não está resolvida, o que causa dificuldades na circulação.

Apresentou ainda 5 requerimentos escritos, em que solicita esclarecimentos relativamente aos seguintes assuntos:

1. Gravação das reuniões de Câmara;
2. Disponibilização de um espaço físico para os Vereadores da oposição;
3. Visita do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros à Marinha Grande;
4. Falta de sinalética na Marinha Grande;
5. Realização de programa de televisão para o qual foi aprovada uma modificação ao orçamento com a verba necessária.

O Sr. Vereador Carlos Logrado abordou os seguintes assuntos, depois de saudar todos os presentes:

- ⇒ Solicitou a resposta, e com prazos, aos pontos por si tratados em anteriores reuniões, nomeadamente:
 - Para quando a gravação das reuniões, que é fundamental;
 - Para quando a alteração da disposição da mesa de reuniões, pois a atual posição incomoda-o, por ficar de costas para o público;
 - Pretende saber qual o prazo, seja ele qual for, em que está prevista a disponibilização de meios aos Vereadores.
- ⇒ Em relação à intervenção sobre a rua da Soprem, entende que há incoerência nas respostas, pois o assunto já tinha sido abordado na reunião e ficou com a ideia de que esta rua já estaria incluída num “pacote” de ruas a intervir. Depois verifica-se que há respostas verbais com prazos para fazer as obras e também respostas escritas de comprometimento nessas obras, e agora vem-se dizer que se está a preparar o procedimento. É grave, não para os Vereadores mas para a comunidade, que assim não acredita na palavra do executivo. É verdade que há constrangimentos, mas isso tem que ser dito aos munícipes, eles têm que saber toda a verdade e quais as prioridades, mesmo que não concordem com elas, para que possam olhar para os eleitos como pessoas de bem que honram os seus compromissos. Relembrou uma resposta de uma técnica da Câmara que afirmava

que os munícipes não gostavam da Câmara, e é verdade, pelo que tem de se inverter a situação.

- ⇒ Sobre o corte das árvores parece-lhe, aparentemente, um crime ambiental, mas com certeza que há razões superiores, pelo que vai aguardar para as conhecer. Contudo, chama a atenção para a obrigatoriedade de a Câmara informar os munícipes, sobretudo quando são ações com grande impacto na comunidade, como é o caso. Relembrou que mais importante do que fazer é comunicar que se vai fazer, e só depois fazer, para que a comunidade sinta que o poder é partilhado com ela. Este aspeto deve ser tido em consideração em situações futuras.
- ⇒ Pretende saber qual o ponto de situação da petição apresentada pelos moradores da Rua da Lagoa, na Praia da Vieira: se os moradores já foram contactados, se tiveram resposta, se sabem o que se vai fazer.
- ⇒ Referiu que o Tóccandor tomou posição pública sobre o local da sua sede, dizendo que gostaria que fosse atrás da Biblioteca Municipal. Entende que esta associação não deve ser privilegiada em relação a outras coletividades, e não deve ser só para com eles a preocupação de ter um espaço, devendo ser contempladas também todas as outras artes de rua, pois ao fazer-se uma obra específica para o Tóccandor será mais cara, cerca de 90.000€ e que poderá não servir, uma vez que o impacto sonoro é muito grande.
- ⇒ **Seguidamente colocou as seguintes questões, que pretende ver respondidas:**
 - Qual a política económica para o concelho;
 - A elaboração de projetos para candidaturas QREN 2013 ainda está em vigor até que o H 2020 esteja em funcionamento, tal como foi divulgado pela imprensa, pelo que pretende saber quais os projetos que a Câmara tem em condições de candidatar;
 - Qual o ponto de situação sobre o entulho da coletividade da Comeira: a situação está resolvida ou não;
 - Qual a política e planos de ação dos pelouros da Vereadora Alexandra;
 - Qual o plano e data de inauguração da Casa da Cultura;
 - Na Av.ª da Liberdade houve um corte no passeio com danificação dos lancis: pretende saber para que foi o corte e se era necessário danificar.

O Sr. Vereador Vítor Pereira respondeu às seguintes questões:

- ⇒ Sobre as luzes de presença nos corredores do Estádio, disse que vai ver, pois se não existem devem existir. Vai conhecendo os problemas ao longo do tempo, mas considera que se devem preservar os equipamentos municipais.
- ⇒ Em relação à afirmação do Vereador Carlos Logrado de que os munícipes não gostam da Câmara, entende que ele toma o todo pela parte, ou a parte pelo todo, uma vez que isto não é verdade.

- ⇒ Respondendo ao Vereador Aurélio Ferreira sobre o pedido de esclarecimento em relação à verba para o programa de televisão, disse que se tratava de uma intervenção na feira da gastronomia, e à última da hora apareceram uma série de exigências que não tinham sido combinadas, e pesados os benefícios optou-se por não o fazer. Depois dará mais elementos.
- ⇒ Sobre a sede do Tóccandar disse que o executivo já refletiu e muito, ao contrário do que o Vereador Carlos Logrado possa pensar. A tomada de posição pública da associação não tem qualquer problema, e tem toda a legitimidade, e o executivo não vai abdicar da sua tomada de posição, que pode ser outra, embora não faça orelhas moucas ao que ela diz. A recuperação do espaço poderá ser duas ou três vezes mais cara do que aquilo que dizem, porque poderá ter intervenções arqueológicas, pelo que não se devem apadrinhar propostas que poderão ser demagógicas. No que respeita ao impacto sonoro no Parque dos Mártires, ele nunca poderá ser comparável ao impacto sonoro junto de uma Biblioteca ou de um Museu, pelo que não entende como é que se pode dizer que o impacto junto a uma escola, paredes meias com uma Biblioteca e com o Arquivo Municipal é menor do que no Parque.
- ⇒ A situação do entulho da Comeira está resolvida, em concertação com a coletividade.
- ⇒ Sobre a Casa da Cultura informou que o problema das cadeiras vai ficar resolvido dentro de alguns dias, está-se a tratar do pedido de vistoria, está a decorrer a formação dos funcionários em termos de luzes e de palco. O Arqt.^o Norberto Barroca está a colaborar com a Câmara nestes aspetos e também já está a colaborar na programação e no programa de inauguração da Casa da Cultura. A programação cultural do concelho para 2014 já está feita, embora algumas iniciativas também estejam na agenda do Presidente, como sejam as Conferências do Design, a lançar dia 30 de janeiro. As coisas irão acontecer naturalmente, os Vereadores irão sendo informados, e irá ser melhorada a comunicação, que tem algumas falhas, pois é feita essencialmente a nível institucional.

O Sr. Vereador Paulo Vicente prestou os seguintes esclarecimentos:

- ⇒ A tela da boca de cena da Casa da Cultura vai ser recuperada e colocada.
- ⇒ Sobre a falta de sinalética, respondeu ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira, dizendo que pediu um estudo integrado aos serviços da DOT - Divisão de Ordenamento do Território, pelo que dará a resposta escrita. Os painéis tapados não têm as letras todas, pelo que vão ser substituídos, sendo posteriormente destapados.
- ⇒ A Rua da Soprem está incluída no pedido que foi à Assembleia Municipal, cuja intenção era fazer um procedimento único. Depois foi necessário alterar essa intenção, porque de acordo com informação da DOT, houve algumas ruas, nomeadamente a Rua da Lagoa, que necessitavam de mais do que a pavimentação, daí ter que se alterar esse pacote, onde estava incluída a Rua da Soprem.

- ⇒ Sobre a Rua da Lagoa informou que é uma rua que tem saneamento pluvial, e que as inundações que se verificam são a conjugação de grandes enxurradas com a maré alta do rio, e ainda com o Mariparque que descarrega no mesmo pluvial. A cota do acesso às garagens das habitações está resvés com a cota do saneamento pluvial, e as situações de inundação acontecem em alturas de grandes enxurradas. Está a ser feito um levantamento topográfico para resolver o problema, que pode passar pela remodelação total do saneamento da Rua da Lagoa, tendo sempre em atenção o projeto do Mariparque, pelo que o assunto não está descurado e não é de fácil resolução.
- ⇒ Relativamente às árvores junto ao cemitério, referiu que na altura não foram as mais adequadas nem foram plantadas à distância regulamentar, pelo que as raízes se tocam pondo em risco o muro do cemitério e impedindo o desenvolvimento da copa, que é pouco densa. Vão ser colocadas árvores e o espaço vai ser ajardinado com espécies que os técnicos consideram adequadas, como magnólias e arbustos. Na Av.ª da Liberdade há pinheiros, que não vão ser cortados, mas cujas raízes danificam os passeios, obrigando a uma intervenção. Todas estas ações se inserem na intervenção que está a ser feita com vista a limpar zonas, a abater algumas árvores e a replantar. Só em dezembro de 2013 foram plantadas 105 árvores junto ao Estádio, com espécies recomendadas pelos técnicos.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho respondeu ao Sr. Vereador Carlos Logrado, relativamente à política dos seus pelouros, que é, sucintamente, a seguinte:

- ⇒ Educação – visa melhorar o parque escolar, estando a manter reuniões regulares com os agrupamentos, em colaboração com o Vereador Paulo Vicente. Na reunião da semana passada gizou-se o projeto das atividades para o ano letivo em que a Câmara intervém com eles, e foram lançados reptos aos agrupamentos e às associações de pais, para que a Câmara dê resposta a projetos que eles tenham em mente, uma vez que não se quer impor mas sim ouvir o que querem e o que lhes interessa. A comunidade participa e a Câmara apoiará, para que no próximo ano se possa trabalhar de forma diferente.
- ⇒ Turismo – houve ontem uma reunião em Coimbra, com o Diretor Regional de Turismo e foi apresentado um dossier da região, para que possamos vir a ser apoiados. Entende que deve ser ouvido quem sabe, pelo que agora espera o feedback para em seguida ouvir as forças vivas da região.
- ⇒ Saúde – teve uma reunião com a comissão de utentes, para que possam trabalhar em colaboração com a Câmara. Eles irão reunir brevemente com o Diretor do Centro de Saúde para saber as novas necessidades, para depois, consigo, poderem atuar. Está-se a trabalhar de forma estruturada.
- ⇒ Geminações – houve uma reunião no Fundão para tratar do programa das geminações, pelo que logo que possível enviará os dossiers para os Srs. Vereadores.

Às questões colocadas o Sr. Presidente respondeu o seguinte:

- ⇒ Bombeiros – a verba deste ano é superior à do ano passado, porque no ano passado havia um protocolo e não podia ser ultrapassada. Houve também uma verba de cerca de 50.000€ para custear a compra de um carro. Reconhece que aquilo que a Câmara dá não é o ideal, mas vai tentar fazer um esforço porque sabe que as necessidades são grandes.
- ⇒ Guarda da Garcia – conhece a situação e vai ver o que se pode fazer para melhorar.
- ⇒ Rua da Soprem – não estando a rua em boas condições, também não está assim tão mal. Conhece a zona, sabe que merece melhores condições, mas infelizmente há estradas no centro e nas periferias que também necessitam de intervenção.
- ⇒ Luzes do Estádio – já houve, agora não estão a funcionar, mas a situação está a ser vista com os serviços.
- ⇒ Corte de árvores – a limpeza da zona entre o cemitério e a Escola Guilherme Stephens teve também por objetivo acabar com movimentações na zona resultantes de alguns “serviços” obscuros.
- ⇒ Segurança – tem falado com a PSP, o número de polícias tem vindo a ser reduzido, vai realizar-se uma reunião distrital, e como sempre, tem vindo a pugnar para que o número de polícias da PSP e agentes da GNR no concelho aumente, porque não iremos criar polícia municipal.
- ⇒ Mata – vai agendar uma reunião com o Diretor do Instituto das Florestas, para tratar da resolução da abertura da estrada, mas a decisão tem que passar sempre pela coordenação com a instituição, porque a Câmara não pode intervir.
- ⇒ Buraco ao pé do ATRIUM – a situação tem que ser resolvida com a aplicação de massas a quente, pelo que tem que se esperar pela melhoria do tempo.
- ⇒ Candidaturas 2020 – ninguém sabe nada sobre este novo programa. Sobre o resto da verba do QREN 2013, informou que a Câmara tem projetos e que serão partilhados em devido tempo.
- ⇒ Visita do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros – informou que, na sequência da visita ao concelho, no âmbito do projeto “Dá-te a conhecer”, recebeu uma carta do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que leu, que tecia elogios aos empresários locais e ao Programa de Apoio ao Investimento Industrial da Marinha Grande.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O período de antes da ordem do dia terminou, seguindo-se um pequeno intervalo, que decorreu das 11:10 horas às 11:25 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 27, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE DEZEMBRO DE 2013

57 - Presente a ata n.º 27, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 26 de dezembro de 2013, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 1, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 9 DE JANEIRO DE 2014

58 - Presente a ata n.º 1, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 9 de janeiro de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

No início da apreciação dos processos de obras particulares, e relativamente ao ponto 4 da ordem do dia, o Sr. Vereador Aurélio Ferreira declarou o seguinte:

“Não expresso o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente declarou o seguinte:

“Aquando do recebimento da convocatória para a reunião e da respetiva ordem do dia, fui informado, como todos os Vereadores, que todos os processos estariam no salão nobre para consulta de quem os quisesse consultar.”

Dado que esta situação suscitou dúvidas relativamente à legalidade das decisões que venham a ser tomadas, o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para esclarecer.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

Retomada a reunião, foi solicitada a presença do Chefe da Divisão Jurídica e de Comunicação, Dr. Miguel Crespo, que esclareceu as dúvidas levantadas pelos Srs. Vereadores, nomeadamente qual a validade das decisões tomadas nestas circunstâncias e qual a responsabilidade dos restantes membros do órgão.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho fez uma intervenção nos seguintes termos:

“Foi enviada a informação necessária para a tomada de deliberação consciente, sendo certo que quando isso não acontecer cabe ao Vereador vir consultar o processo. Não se trata de sonegação de informação, que isso sim poderia levar à tomada de posição do Vereador Aurélio. A lei diz que se envia a documentação, mas não diz qual é a que é necessária, há que fazê-lo cum grano salis. Não vê inconveniente no seu envio. O Vereador diz que não tem a informação, mas podia tê-la, vindo à Câmara consultar o processo, pois a informação está à disposição em dois momentos: antes da reunião e agora aqui.”

O Sr. Vereador Carlos Logrado também interveio, fazendo-o nos seguintes termos:

“A lei parece-me ser clara quanto à disposição dos documentos de suporte para a tomada de decisão. Entende-se que a cumprir à risca este dever seria materialmente impraticável fazê-lo em tempo útil. Todos os Vereadores já expressamente emitiram opinião idêntica, mas é também verdade que na primeira reunião deste executivo foi decidido unanimemente que todos os processos seriam acompanhados no máximo de 15 páginas de informação de suporte à tomada de decisão, isto é, a consulta da restante informação em sede camarária só seria necessária quando essas mesmas 15 páginas não fossem necessárias, que serão em muitos poucos casos, mais, em todos os processos não me recordo de em nenhum caso ser necessário mais de 15 páginas.

Neste princípio é claro e evidente que não está a ser cumprida uma deliberação tomada por unanimidade e que dá razão à decisão de qualquer Vereador alegar que não estão reunidas as condições legais para que haja votação e se recuse a votar, podendo tornar inválidas as decisões tomadas por este órgão.”

Seguidamente foi posto à votação o ponto 4 da ordem do dia.

4 - REQ. N. 2092/13, DATADO DE 23/12/2013 – PC N.º 4912, DATADO DE 22/02/2012 – CELESTINO MIGUEL

59 - Presente pedido de licenciamento com o registo n.º 2092/13, datado de 23/12/2013 relativo a **legalização de ampliações e alteração de uso para comércio/serviços** de um edifício sito na Estrada da Maceira, n.º 37, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11.875 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10.873, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 49/12, com data de entrada de 22/02/2012, apresentado por **CELESTINO MIGUEL**, com o NIF 131 278 061, residente na Quinta do Cabeço, n.º 292, Leiria;

Presente informação técnica, datada de 20/01/2014, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o projeto de arquitetura relativo ao pedido de licenciamento referente a legalização de ampliações e alteração de uso para comércio/serviços de um edifício sito na Estrada da Maceira, n.º 37, Picassinos, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11875, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10873, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 49/12, com data de entrada de 22/02/2012, apresentado por CELESTINO MIGUEL, com o NIF 131 278 061, residente na Quinta do Cabeço, n.º 292, Leiria, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE;
- 2.- Assegurar a execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários à correta conclusão da obra.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expressei o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

5 - REQ. N. 581/13, DATADO DE 19/04/2013 – PC N.º 153/12, DATADO DE 31/05/2012 – TERCENAS ACTIVIDADES HOTELEIRAS LDA.

60 - Presente pedido com o registo n.º 581/13, datado de 19/04/2013 relativo a licenciamento de um equipamento destinado a apoio de praia, com restauração e bebidas, numa parcela do domínio público marítimo, com 300,00 m², sita na Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da-Marinha Grande, de que é concedente a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., a que se reporta o processo de licenciamento n.º 153/12, com data de entrada de 31/05/2012, apresentado por TERCENAS ACTIVIDADES HOTELEIRAS LDA., com o NIPC 502 467 363, com sede na rua da Foz, margem esquerda, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

Presente cópia do contrato de concessão de utilização do domínio público hídrico para implantação e exploração de equipamento de praia, celebrado entre a requerente e a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.;

Presente informação técnica, datada de 20/01/2014, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser deferido;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a licenciamento de um equipamento destinado a apoio de praia, com restauração e bebidas, numa parcela do domínio público marítimo, com 300 m2, sita na Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da-Marinha Grande, de que é concedente a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., a que se reporta o processo de licenciamento n.º 153/12, com data de entrada de 31/05/2012, apresentado por TERCENAS ACTIVIDADES HOTELEIRAS LDA, com o NIPC 502 467 363, com sede na rua da Foz, margem esquerda, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

2.- Os projetos de drenagem de esgotos, devem ser devida e previamente aprovados pela entidade competente, nos termos do n.º 4 do artigo 24 do regulamento do POOC de Ovar- Marinha Grande, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/2000.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expresso o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

6 - REQ. N. 56/14, DATADO DE 20/01/2014 – PC N.º 337/13, DATADO DE 12/09/2013 – MÁRIO SIMÃO RODRIGUES

61 - Presente pedido com o registo n.º 56/14, datado de 15/01/2014 relativo a licenciamento de obras de **instalação de um Centro de Atividades de Tempos Livres** num edifício destinado a serviços localizado na Rua do Sol, nº 87, na Guarda Nova, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.454 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10.906, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 337/13, com data de entrada de 12/09/2013, apresentado por **MÁRIO SIMÃO RODRIGUES**, com o NIF 136 674 763, residente na Rua Manuel Ferreira, n.º 44, Camarnal, freguesia e concelho da Marinha Grande; Presentes pareceres técnicos favoráveis das entidades cujos pareceres são obrigatórios, por força do disposto no n.º 2 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14/03, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2011, de 28/09, nomeadamente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, do Instituto da Segurança Social, I.P. e da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.; Presente informação técnica, datada de 20/01/2014, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a licenciamento de obras de instalação de um Centro de Atividades de Tempos Livres num edifício destinado a serviços localizado na rua do Sol, nº 87, na Guarda Nova, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14454 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10906, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 337/13, com data de entrada de 12/09/2013, apresentado por **MÁRIO SIMÃO RODRIGUES**, com o NIF 136 674 763, residente na rua Manuel Ferreira, n.º 44, Camarnal, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;
- 2.- Assegurar a execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expresso o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

7 - REQ. N. 23/14, DATADO DE 08/01/2014 – PC N.º 426/13, DATADO DE 11/11/2013 – ICEBEL-MAQ.DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL,LDA

62 - Presente pedido com o registo n.º 23/14, datado de 08/01/2014 relativo a **alteração e ampliação de uma unidade industrial** sita na Rua 1ª de janeiro, n.º 53, lugar de Amieirinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11.152. e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.298, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 426/13, com data de entrada de 11/11/2013, apresentado por **ICEBEL-MAQ.DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL,LDA.**, com o NIPC 501 735 283, com sede na Rua 1ª de janeiro, n.º 53, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 12/12/2013;

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica, datada de 14/01/2014 que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alteração e ampliação de uma unidade industrial sita na Rua 1ª de janeiro, n.º 53, lugar de Amieirinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11.152. e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.298, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 426/13, com data de entrada de 11/11/2013, apresentado por ICEBEL-MAQ.DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL,LDA., com o NIPC 501 735 283, com sede na Rua 1ª de janeiro, n.º 53, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos,

ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expresse o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

8 - REQ. N. 47/14, DATADO DE 13/01/2014 – PC N.º 683/11, DATADO DE 06/10/2011 – MARIA MANUELA PEREIRA NUNES

63 - Presente requerimento n.º 47/14, datado de 2013/01/13, constante do processo camarário n.º 383/11, subscrito por MARIA MANUELA PEREIRA NUNES, NIF n.º 140931287, com residência na Rua dos Outeirinhos, n.º 108, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da “*Legalização e alteração de edificação*” existente, incidente sobre dois prédios sitos na Rua dos Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, registados na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 3805 e 3806, e inscritos na matriz predial urbana sob os artigos n.º 9007 e 3976, respetivamente, ambos da freguesia e concelho de Marinha Grande. Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2014/01/20, propondo a aprovação dos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da “*Legalização e alteração de edificação*” existente, incidente sobre dois prédios sitos na Rua dos Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, registados na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 3805 e 3806, e inscritos na matriz predial urbana sob os artigos n.º 9007 e 3976, respetivamente, ambos da freguesia e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 383/11, com data de entrada em 2011/10/06, apresentado por MARIA MANUELA PEREIRA NUNES, com o NIF n.º 140931287, residente na Rua dos Outeirinhos, n.º 108, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do

artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente a continuidade do passeio na zona indicada como de cedência ao domínio público, incluindo os remates em toda a frente do prédio confinante com a via pública.
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expresso o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

9 - REQ. N. 505/13, DATADO DE 05/04/2013 – PC N.º 57/13, DATADO DE 07/03/2013 – MARIA AUGUSTA ALVES LOURENÇO E OUTROS

64 - Presente processo camarário n.º 1301/76, referente à operação de loteamento urbano, levada a efeito no lugar de Comeira, freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído o alvará de loteamento n.º 30/1976, datado de 2 de fevereiro, emitido em nome de Guilhermina Vitória.

Presente requerimento n.º 505/13, datado de 2013/04/05, constante do processo camarário n.º 57/13, subscrito por MARIA AUGUSTA ALVES LOURENÇO E OUTROS, com o NIF

107410362, com residência na Rua dos Carreirinhos, n.º 16, lugar de Comeira, freguesia de Marinha Grande, inerente ao pedido de **licenciamento da alteração do loteamento urbano**, a incidir sobre os lotes designados por “*lote n.º 3*” e “*lote n.º 5*”, do loteamento urbano sito na Rua dos Carreirinhos, lugar de Comeira, freguesia de Marinha Grande, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 30/1976, datado de 02/02.

Presente deliberação camarária datada de 2013/09/16, pela qual a Câmara deliberou sujeitar a discussão pública o pedido de licenciamento da alteração do loteamento urbano titulado pelo alvará n.º 30/1976, de 2 de fevereiro, em cumprimento do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente Aviso (extrato) n.º 13430/2013, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 213/2013, de 4 de novembro, pelo qual foi publicitada a pretensão requerida, não tendo sido apresentadas quaisquer reclamações, observações ou sugestões à referida alteração.

Presente informação técnica dos serviços, datada de 2013/01/09, a enquadrar devidamente a pretensão, garantindo que se encontram reunidas as condições para que a mesma possa ser submetida a deliberação.

Após análise da pretensão, considerando não terem sido apresentadas quaisquer reclamações, observações ou sugestões à referida alteração, publicada por Aviso (extrato) n.º 13430/2013, em Diário da República, 2.ª série, n.º 213/2013, de 4 de novembro, considerando ainda os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou DEFERIR a alteração à licença da operação de loteamento urbano titulada pelo alvará n.º 30/1976, de 2 de fevereiro, em nome de Guilhermina Vitória, solicitada por MARIA AUGUSTA ALVES LOURENÇO E OUTROS, NIF n.º 107410362, com residência na Rua dos Carreirinhos, n.º 16, lugar de Comeira, freguesia de Marinha Grande, a incidir sobre os lotes designados por “*lote n.º 3*” e “*lote n.º 5*”, do referido loteamento urbano, sito na Rua dos Carreirinhos, lugar de Comeira, freguesia de Marinha Grande, titulado pelo alvará de loteamento n.º 30/1976, datado de 2 de fevereiro, visando o aumento das áreas de implantação e de construção para os referidos lotes.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expresso o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

10 - REQ. N. 1950/13, DATADO DE 28/11/2013 – PC N.º 137/10, DATADO DE 31/05/2010 – HELDER CARLOS SOUSA MORGADO

65 - Presente processo camarário n.º 1218/94, referente à operação de loteamento urbano, levada a efeito no lugar de Figueiras, freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído o alvará de loteamento n.º 06/1995, datado de 3 de agosto, emitido em nome de Virgílio Domingues Fernandes e outro.

Presente processo camarário n.º 490/99, referente à alteração do referido loteamento urbano, requerida por António Marques Jesus Pedroso e outro, à qual foi emitido o alvará de loteamento n.º 09/1999, datado de 26 de agosto.

Presente requerimento n.º 1950/13, datado de 2013/11/28, constante do processo camarário n.º 137/10, subscrito por **HELDER CARLOS SOUSA MORGADO**, com o NIF 104720115, com residência na Alameda da Fonte Velha, Bloco C2, n.º 18 – 1.º Esq., Quinta da Beloura, freguesia de Sintra, concelho de Sintra, referente ao **licenciamento da alteração do loteamento urbano**, a incidir sobre o lote designado por “*lote n.º 1*” do referido loteamento urbano, sito na Rua da Lagoa, lugar de Figueiras, freguesia de Marinha Grande, titulado pelo alvará de loteamento n.º 06/1995, datado de 3 de agosto, com posterior alteração titulada pelo alvará de loteamento (alterações) n.º 09/1999, datado de 26 de agosto, visando o aumento das áreas máximas de implantação e de construção associadas à edificação principal e ao anexo, bem como a eliminação das áreas de implantação e de construção anteriormente definidas para a garagem.

Presente informação técnica dos serviços, datada de 2014/01/20, a enquadrar devidamente a pretensão, garantindo que se encontram reunidas as condições para que a mesma possa ser submetida a deliberação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou DEFERIR a alteração à licença da operação de loteamento urbano titulada pelo alvará de loteamento n.º 06/1995, datado de 3 de agosto, com posterior alteração titulada pelo alvará de loteamento (alterações) n.º 09/1999, datado de 26 de agosto, em nome de Virgílio Domingues Fernandes e outro, solicitada por HELDER CARLOS SOUSA MORGADO, com o NIF 104720115, com residência na Alameda da Fonte Velha, Bloco C2, n.º 18 – 1.º Esq., Quinta da Beloura, freguesia de Sintra, concelho de Sintra, a incidir sobre o lote designado por “lote n.º 1” do referido loteamento urbano, sito na Rua da Lagoa, lugar de Figueiras, freguesia de Marinha Grande, titulado pelo alvará de loteamento n.º 06/1995, datado de 3 de agosto, com posterior alteração titulada pelo alvará de loteamento (alterações) n.º 09/1999, datado de 26 de agosto, visando o aumento das áreas máximas de implantação e de construção associadas à edificação principal e ao anexo, bem como a eliminação das áreas de implantação e de construção anteriormente definidas para a garagem.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expresso o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

11 - REQ. N.º 1941/13, DATADO DE 27/11/2013 – PC N.º 444/13, DATADO DE 27/11/2013 – F M P S FABRICAÇÃO DE MOLDES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LDA,

66 - Presente requerimento com o registo n.º 1941/13, datado de 27/11/2013 relativo a pedido de **informação prévia** respeitante a obras de edificação para **instalação de uma unidade industrial**, num terreno situado na Rua Quinta da Lagoínha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.068 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.199, da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por **F M P S FABRICAÇÃO DE MOLDES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LDA**, com o NIPC 505 379 139, com sede na Rua do Tecelão, n.º 3, Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 17/01/2014, que refere ser viável, nos termos e condicionantes nela expressa, a realização da operação urbanística em causa;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

INFORMAR, nos termos do artigo 16.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, ser viável a instalação de uma unidade industrial, num terreno situado na Rua Quinta da Lagoínha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.068 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.199, da freguesia e concelho da Marinha Grande, nos termos do pedido de informação prévia apresentado por **F M P S FABRICAÇÃO DE MOLDES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LDA**, com o NIPC 505 379 139, com sede na Rua do Tecelão, n.º 3, Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- O processo de comunicação prévia a apresentar, nos termos do disposto no artigo 35º do RJUE, deverá contemplar as seguintes questões:

a) A proposta deverá assegurar um recuo para o interior do terreno de 2,5 m face ao plano marginal atualmente definido pela sua extrema Poente, confinante com a Rua da Quinta da Lagoínha;

b) As redes de esgotos domésticos e pluviais deverão ser autónomas, prevendo-se a execução, para os efluentes domésticos, de fossa estanque, e para os pluviais, de sistemas que garantam a infiltração no terreno das águas pluviais;

2.- O processo em causa deverá encontrar-se devidamente instruído e elaborado, nos termos da legislação e regulamentação geral e específica em vigor.

Mais delibera informar que, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 17º do Sistema de Indústria Responsável (SIR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, *“(...) a câmara municipal só pode decidir depois de proferida a decisão*

favorável ou favorável condicionada sobre o pedido de autorização prévia ou após efetuada a comunicação prévia com prazo (...)” por parte da entidade coordenadora do respetivo licenciamento industrial que é, para as unidades industriais do tipo 2, a Direção Regional de Economia do Centro.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expresso o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

12 - REQ. N. 72/14, DATADO DE 17/01/2014 – PC N.º 109/12, DATADO DE 16/04/2012 – SUN HUIQUN

67 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 72/14, de 17-01-2014, apresentado por **Sun Huiqun**, com residência na Rua António Campos Júnior, n.º 15, 1.º dto, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a redução, em 50%, das taxas devidas pela emissão do respetivo alvará de licença de construção;

A Câmara Municipal apreciou o requerimento, datado de 17-01-2014, apresentado por Sun Huiqun, para redução das taxas municipais devidas pela emissão do alvará de licença de construção e,

- Considerando que a interessada é titular de um processo de licenciamento com o n.º 109/2012, respeitante a alterações e ampliação de um edifício sito na Rua Machado Santos, freguesia e concelho da Marinha Grande;
- Considerando que a dita operação urbanística destina-se a converter o referido edifício, que serviu de apoio a uma estação de serviço e recolha de automóveis, em estabelecimento comercial;
- Considerando que o mesmo se localiza na área do Centro Tradicional da Marinha Grande;

Delibera DEFERIR o pedido, ao abrigo da alínea c) do n.º 3 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande - apresentado por Sun Huiqun, com residência na Rua António Campos Júnior, n.º 15, 1.º dto, freguesia e concelho da Marinha Grande, titular do processo n.º 109/2012 – para redução, em 50%, das taxas municipais devidas pela emissão do alvará de licença de construção, por a operação urbanística, que a interessada pretende levar a cabo, se situar na área do Centro Tradicional da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expresse o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

13 - REQ. N. 46/14, DATADO DE 13/01/2014 – PC N.º 44/10, DATADO DE 17/03/2010 – EDUARDO ENCARNÇÃO DURO

68 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 46/14 de 13/01/2014, apresentado por Eduardo Encarnação Duro, com o NIF 177192682, com residência em Rua das Samouqueiras, n.º 9, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 44/10, e titulada pelo alvará de obras de legalização n.º 88/13, emitido em 20/08/2013.

Presente parecer técnico datado 16/01/2014, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua das Samouqueiras, n.º 9, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de Eduardo Encarnação Duro, com o NIF 177192682, com residência em Rua das Samouqueiras, n.º 9, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
 - Engenheira Cristina Silva
 - Arquiteto Alexandre Fava
 - Fiscal Álvaro Letra
- 2) Membros suplentes**
 - Engenheiro Rui Vicente
 - Arquiteto Ricardo Santos
 - Fiscal Carlos Duarte

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expresse o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

14 - REQ. N. 43/14, DATADO DE 13/01/2014 – PC N.º 203/13, DATADO DE 04/07/2013 – DARCI DA SILVA HENRIQUE

69 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 43/14 de 13/01/2014, apresentado por Darci da Silva Henrique, com o NIF 142147699, com residência em Rua 1.º de Dezembro, n.º 3, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de obras de alteração licenciadas no âmbito do processo n.º 203/13, e tituladas pelo alvará de obras de legalização n.º 111/13, emitido em 27/09/2013.

Presente parecer técnico datado 13/01/2014, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Estrada da Nazaré, n.ºs 29, 31 e 33, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, propriedade de Darci da Silva Henrique, com o NIF 142147699, com residência em Rua 1.º de Dezembro, n.º 3, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

2) Membros suplentes

Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expressei o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

15 - REQ. N. 70/14, DATADO DE 17/01/2014 – PC N.º 455/13, DATADO DE 13/12/2013 – MARIA ELISA DE JESUS FERREIRA MARQUES - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA

70 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 70/14 de 17/01/2014, apresentado por JORGE MIGUEL CARREIRA MARQUES com o NIF 186262671, com residência em Rua Vale do Rei, n.º 15, freguesia de Amor e concelho de Leiria, na qualidade de cabeça de casal da herança indivisa aberta por óbito de MARIA ELISA DE JESUS FERREIRA MARQUES, à qual foi atribuído o número de identificação fiscal 706033094, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de obras de alteração licenciadas no âmbito do processo n.º 455/13, e tituladas pelo comprovativo de admissão da comunicação prévia de obras de legalização emitido em 17/09/2014.

Presente parecer técnico datado 17/01/2014, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, deliberou designar a composição da comissão que

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Canto José Neto, n.º 13, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, pertencente a MARIA ELISA DE JESUS FERREIRA MARQUES – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA, representada por JORGE MIGUEL CARREIRA MARQUES com o NIF 186262671, com residência em Rua Vale do Rei, n.º 15, freguesia de Amor e concelho de Leiria, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra
- 2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expresso o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

16 - REQ. N.1799/13, DATADO DE 06/11/2013 – PC N.º 870/00, DATADO DE 18/08/2000 – GETÚLIO PEDROSA VALGRANDE

71 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1799/13, datado de 06/11/2013, apresentado por GETÚLIO PEDROSA VALGRANDE, com o NIF 159858046, com residência em Rua Pires de Campos, n.º 72, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 870/00, e titulada pelo alvará de licença de construção n.º 553/01, emitido em 31/08/2001.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

Presente parecer dos serviços de fiscalização datado de 16/01/2014, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, atendendo à verificação no local de desconformidades face ao projeto aprovado.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Padre Franklim, n.º 9, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de Getúlio Pedrosa Valgrande, com o NIF 159858046, com residência em Rua Pires de Campos, n.º 72, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos

Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz

2) Membros suplentes

Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expresso o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

17 - REQ. N.1800/13, DATADO DE 06/11/2013 – PC N.º 871/00, DATADO DE 18/08/2000
– GETÚLIO PEDROSA VALGRANDE

72 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1800/13, datado de 06/11/2013, apresentado por GETÚLIO PEDROSA VALGRANDE, com o NIF 159858046, com residência em Rua Pires de Campos, n.º 72, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 871/00, e titulada pelo alvará de licença de construção n.º 552/01, emitido em 31/08/2001.

Presente parecer dos serviços de fiscalização datado de 16/01/2014, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no na alínea b) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, atendendo à verificação no local de desconformidades face ao projeto aprovado.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Padre Franklim, n.º 7, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de Getúlio Pedrosa Valgrande, com o NIF 159858046, com residência em Rua Pires de Campos, n.º 72, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos

**Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz**

2) Membros suplentes

**Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra**

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

“Não expresso o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

18 - REQ. N.1801/13, DATADO DE 06/11/2013 – PC N.º 872/00, DATADO DE 18/08/2000 – GETÚLIO PEDROSA VALGRANDE

73 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1801/13, datado de 06/11/2013, apresentado por GETÚLIO PEDROSA VALGRANDE, com o NIF 159858046, com residência em Rua Pires de Campos, nº 72, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo nº 870/00, e titulada pelo alvará de licença de construção nº 554/01, emitido em 31/08/2001.

Presente parecer dos serviços de fiscalização datado de 16/01/2014, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30/03 e pela Lei nº 28/2010, de 02/09, atendendo à verificação no local de desconformidades face ao projeto aprovado.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30/03 e pela Lei nº 28/2010, de 02/09, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Padre Franklim, nº 5, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de Getúlio Pedrosa Valgrande, com o NIF 159858046, com residência em Rua Pires de Campos, nº 72, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomás Braz

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

2) Membros suplentes
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expresso o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

19 - REQ. N. 1741/12, DATADO DE 23/10/2012 – PC N.º 315/12, DATADO DE 23/10/2012 – JORGE GONÇALVES ROSA e VERA FLOR GONÇALVES ROSA

74 - Presente processo n.º 315/12, relativo ao licenciamento de uma **alteração a um estabelecimento de bebidas**, sito na **Rua das Figueiras, fração A** do edifício localizado no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.631 e inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 10.109, da freguesia de Marinha Grande, requerido por **Jorge Gonçalves Rosa**, portador do NIF 204705614, residente na Rua Fernando Alvarez Baridó, n.º 75, Ordem, 2430 Marinha Grande e **Vera Flor Gonçalves Rosa**, com o NIF 244892091, residente na Rua de S. Pedro de Moel, n.º 48, Guarda Nova, 2430 Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara datada de 29 de novembro de 2012.

Presente informação técnica datada de 9/01/2014, a propor a declaração de caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura para a realização da operação urbanística.

A Câmara Municipal, considerando que:

1 - Os interessados, Jorge Gonçalves Rosa, portador do NIF 204705614, residente na Rua Fernando Alvarez Baridó, n.º 75, Ordem, 2430 Marinha Grande e Vera Flor Gonçalves Rosa, com o NIF 244892091, residente na Rua de S. Pedro de Moel, n.º 48, Guarda Nova, 2430 Marinha Grande, solicitaram a 23 de outubro de 2012, o licenciamento de uma

alteração a um estabelecimento de bebidas, sito na Rua das Figueiras, fração A do prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.631 e inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 10.109;

2 - O projeto de arquitetura respetivo foi aprovado em 29/11/2012;

3- A notificação da deliberação efetuou-se a 14/12/2012, pelo ofício n.º 1105/12, de 11/12/2012;

4.- Os requerentes deviam ter apresentado os projetos das especialidades no prazo de seis meses a contar da notificação do teor da deliberação camarária, de acordo com o n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 2/09, ou seja em 17/06/2013 (dado que 15/06/2013 foi sábado), o que não fizeram;

5- Não foi solicitada qualquer prorrogação para a apresentação dos mesmos;

6- A falta de apresentação dos projetos das especialidades no prazo referido no antecedente número 4 implica a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses, ou seja até 17/12/2013, de acordo com o n.º 6 do citado artigo 20.º do RJUE;

7- Decorreram os seis meses de suspensão, estando por esse facto reunidas as condições para ser declarada a caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura;

Delibera, nos termos do n.º 6 artigo 20.º do RJUE e dos artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar os requerentes, Jorge Gonçalves Rosa, portador do NIF 204705614, residente na Rua Fernando Alvarez Baridó, n.º 75, Ordem, 2430 Marinha Grande e Vera Flor Gonçalves Rosa, com o NIF 244892091, residente na Rua de S. Pedro de Moel, n.º 48, Guarda Nova, 2430 Marinha Grande para se pronunciarem em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da deliberação camarária datada de 29/11/2012 que aprovou o projeto de arquitetura, referente ao processo n.º 315/12, para o licenciamento de uma alteração a um estabelecimento de bebidas, sito na Rua das Figueiras, fração A do edifício localizado no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.631 e inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 10.109, por não terem sido apresentados os projetos das especialidades aplicáveis, no prazo concedido ao abrigo dos n.ºs 4 e 6 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 2/09.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expresse o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

20 - REQ. N. 656/12, DATADO DE 16/04/2012 – PC N.º 153/09, DATADO DE 14/07/2009 – MARIA DO CARMO CARREIRA FELICIANO ANTUNES

75 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de **alteração e ampliação de edifício de habitação e comércio, tendo em vista a instalação de estabelecimento de restauração e bebidas**, a que foi atribuído o número de processo 153/09, registado em 14/07/20013, incidente sobre um prédio localizado na Rua de Leiria, n.º 147, Lugar de Embra, freguesia de Marinha Grande, apresentado por **Maria do Carmo Carreira Feliciano Antunes**, com o NIF n.º 121305481, residente na Rua de Leiria, n.º 151, Lugar de Embra, freguesia de Marinha Grande, cujo pedido de licenciamento foi aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 26/04/2012.

Presente informação técnica datada de 20/01/2014, sobre o limite do prazo concedido à requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 26/04/2012, foi deferido o pedido de licenciamento de **alteração e ampliação de edifício de habitação e comércio, tendo em vista a instalação de estabelecimento de restauração e bebidas**, incidente sobre um prédio localizado na Rua de Leiria, n.º 147, Lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande.

- A aprovação do projeto foi notificada à requerente através do nosso ofício n.º 406/12, datado de 02/05/2012 e rececionado em 04/05/2012;

- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, a requerente tinha o prazo de 1 ano para requerer a emissão do alvará de construção, ou seja, até 04/05/2013;

- A titular do processo de licenciamento n.º 153/09, **Maria do Carmo Carreira Feliciano Antunes**, com o NIF n.º 121305481, residente na Rua de Leiria, n.º 151, Lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, foi regularmente notificada pelo ofício nº 1296/13, de 03/12/2013, rececionado em 09/12/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;

- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 30/12/2013;

- Durante este prazo a titular do processo nada alegou.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto no nº 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que a titular do processo nº 153/09, Maria do Carmo Carreira Feliciano Antunes, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo n.º 5 do artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento referente à obra de alteração e ampliação de edifício de habitação e comércio, tendo em vista a instalação de estabelecimento de restauração e bebidas, incidente sobre um prédio localizado na Rua de Leiria, n.º 147, Lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, ao abrigo do disposto no n.º 2 do mencionado artigo 71.º do RJUE, por não ter sido requerida a emissão do respetivo alvará no prazo de um ano contado da data de notificação do ato de licenciamento.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expresso o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

21 - REQ. N. 55/14 , DATADO DE 15/01/2014 – PC N.º 578/07, DATADO DE 20/09/2007 – BANCO COMERCIAL PORTUGUES, S.A.

76 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento relativo à obra de construção de moradia unifamiliar e muro de vedação, a que foi atribuído o número de processo 578/07, incidente sobre um prédio sito na Rua da Serraria, freguesia de Vieira de Leira, concelho de Marinha Grande, apresentado por Agostinho Cunha – Construções Civas, Lda., averbado para Banco Comercial Português, S.A., com o NIPC n.º 501525882, com sede na Praça D. João I, Porto, aprovado por deliberação camarária tomada na Reunião de Câmara de 15/07/2010.

Presente parecer técnico datado de 20/12/2014, a informar que a licença concedida no âmbito do processo em causa está em condições de ser objeto de deliberação de caducidade por a requerente não ter concluído as obras dentro do prazo do alvará;

Considerando que:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

- Por despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, com competências sub-delegadas, datado de 12/06/2008, foi deferido o pedido de licenciamento relativo à obra de construção de moradia e muro de vedação, incidente sobre um prédio sito na Rua d Serraria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.
- Em 17/06/2008 foi emitido o alvará de licença de construção n.º 141/08, válido até 10/09/2009, e objeto de prorrogação, ao abrigo dos n.º 5 e n.º 6 do artigo 58.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação- RJUE, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, bem como da duplicação do prazo prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, pelo que o prazo para execução da obra terminou em 07/05/2012;
- Considerando que o requerente veio declarar que, atualmente, a obra se encontra inacabada, solicitando, inclusivamente, licença para a respetiva conclusão;
- Considerando que por esse motivo a licença para realização da dita operação urbanística caducou – alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Decreto- Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação- RJUE, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 março, que o republicou, e da Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro, designadamente, por as obras em causa não terem sido concluídas dentro do prazo da licença;
- Considerando que a caducidade em apreço deve ser declarada pela Câmara Municipal, com audiência prévia da interessada – n.º 5 do artigo 71.º do RJUE;
- Considerando que, de acordo com o disposto no artigo 103.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, a audiência dos interessados pode ser dispensada quando “os interessados já se tiverem pronunciado no procedimento sobre as questões que importem à decisão e sobre as provas produzidas”, e que a sociedade requerente vem já solicitar a licença especial para conclusão da obra, logo, pressupondo que a caducidade da licença já se operou automaticamente, pelo que estão reunidas condições para a dispensa da sua audiência prévia.

A Câmara Municipal, reunidos que estão os pressupostos previstos na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Decreto- Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 março e da Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro determina de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 578/07, cujo titular é Banco Comercial Português, S.A. com sede em Praça D. João I, n.º 28, na cidade do Porto, para construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, incidente sobre um prédio sito na Rua da Serraria, freguesia de Vieira de Leira, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4.997, em virtude da obra não ter sido concluída dentro do prazo do alvará n.º 141/08, cuja validade terminou em 07/05/2012.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expressei o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por

este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

22 - REQ. N. 2048/13, DATADO DE 13/12/2013 – PC N.º 305/11, DATADO DE 09/08/2011 – MUSA-INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TURÍSTICOS, LDA

77 - Presente processo n.º 305/11 respeitante ao licenciamento (legalização) de um edifício destinado a armazém, sito em Cavadas, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande, em nome de Musa-Investimentos Imobiliários e Turísticos, Lda, NIPC 503 771 627, com sede na Avenida D. José I, n.º3, C, Reboleira, Amadora.

Presente deliberação de 14-11-2013, em que a Câmara Municipal manifesta a intenção de declarar a caducidade da deliberação de 10-05-2012, que aprovou o projeto de arquitetura, por não terem sido entregues, no prazo legal, os projetos das especialidades e peças desenhadas retificativas do projeto de arquitetura.

Presentes alegações da requerente, com o registo de entrada n.º 2048/13 de 13-12-2013, proferidas em sede de audiência prévia.

A Câmara Municipal apreciou as alegações formuladas pela titular do processo e,

- Considerando que na sequência da aprovação do projeto de arquitetura, a requerente foi devidamente notificada, em 15-05-2012, para apresentar os projetos das especialidades e peças desenhadas, no prazo de 6 meses;

- Considerando que a interessada não apresentou, no prazo em causa, nem no da sua prorrogação, os referidos projetos e peças desenhadas;

- Considerando que o processo de licenciamento ficou, nos termos do n.º 6 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 02 de dezembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, suspenso por mais seis meses, ou seja até 16-08-2013;

- Considerando que findo esse prazo os citados elementos não foram apresentados;

- Considerando que em 22-11-2013, a requerente foi notificada para se pronunciar, em sede de audiência prévia, sobre a intenção de declaração de caducidade da deliberação de 10-05-2012, que aprovou o projeto de arquitetura de um armazém, por, nos termos do n.º 6 do artigo acima citado, se encontrarem reunidas as condições legais para o efeito;

- Considerando que em 13-12-2013, ainda dentro do prazo, a requerente apresentou as suas alegações escritas;

- Considerando que a requerente justificou o não cumprimento dos prazos impostos pelo facto de os técnicos responsáveis pela ficha eletrotécnica, bem como pelo projeto da rede de gás se terem ausentado do país;

- Considerando que a requerente mencionou que já possui os elementos em falta;

- Considerando que, nas ditas alegações, a requerente refere que a legalização do armazém permitirá a manutenção dos postos de trabalho existentes e a criação de outros ligados ao setor do vidro manual;
- Considerando que o incremento da economia do concelho pressupõe não só a criação de condições para fomentar o emprego, como a salvaguarda do existente;
- Considerando, ainda, que importa repor a legalidade administrativa daquela operação urbanística;

Delibera considerar os factos invocados em sede de audiência prévia por Musa-Investimentos Imobiliários e Turísticos, Lda, NIPC 503 771 627, com sede na Avenida D. José I, n.º 3, C, Reboleira, Amadora - nomeadamente, por a reposição da legalidade do armazém, sito em Cavadas, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande, já edificado sem prévio licenciamento, permitir não só a manutenção dos postos de trabalho existentes, como a criação de outros, contribuindo assim para o desenvolvimento da economia local - como impeditivos da caducidade da deliberação de 10-05-2012, que aprovou o projeto de arquitetura, devendo o procedimento seguir os seus trâmites legais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - REQ. N. 1859/13, DATADO DE 14/11/2013 – PC N.º 10/10, DATADO DE 22/01/2010 – AUGUSTO BLANCO JESUS SANTOS

78 - Presente processo de licenciamento de alterações e ampliação de uma moradia unifamiliar e anexo, com o n.º 10/10, sitos na rua D. Dinis, n.º 4, S. Pedro de Moel, freguesia e concelho da Marinha Grande, em nome de **Augusto Blanco Jesus Santos**.

Presente parecer jurídico dos serviços da Divisão de Ordenamento do Território – DOT, de 13-01-2014, emitido após reclamação oral do titular do referido processo.

A Câmara Municipal, analisou o referido parecer e considerando que:

- Em 28-11-2013 tomou uma deliberação camarária - após a apresentação, por parte do titular do processo de licenciamento n.º 10/10, Augusto Blanco Jesus Santos, de telas finais respeitantes a alterações ao projeto de rede de drenagem de águas residuais domésticas, de uma moradia sita na Rua D. Dinis, n.º 4, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia e concelho da Marinha Grande - em que informava que o titular do processo deveria requerer a emissão do alvará de licença referente às ditas alterações, instruído com o termo de responsabilidade do técnico responsável pela direção técnica da obra;
- Aquela deliberação foi tomada após as mencionadas alterações terem sido impostas ao titular do processo em causa, pelos serviços camarários, em obra;
- O termo de responsabilidade do técnico autor do projeto de alterações acompanhava as telas finais, então apresentadas;
- Aquele termo constitui, nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010,

de 02 de setembro (RJUE), garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis aos projetos e por esse facto, não é necessário, por parte deste órgão, qualquer apreciação prévia;

- Não existindo aprovação do projeto em causa não há lugar à emissão do correspondente alvará de licença, nem a apresentação do termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direção técnica da obra (documento instrutório do pedido de emissão do referido alvará – alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º da Portaria n.º 216-E/2008, de 03 de março);

- A situação em apreço deve, com as devidas adaptações, ter tratamento semelhante à constante do n.º 2 do artigo 83.º do RJUE, ou seja, as alterações em obra que não correspondam a obras que estivessem sujeitas a controlo prévio devem ser registadas no livro de obra – n.º 2 do artigo 97.º do RJUE;

- O técnico camarário que determinou, no local da obra, as ditas alterações, registou as mesmas, no respetivo livro de obra, em 20-03-2012;

- No processo de licenciamento, em causa, encontram-se apenas as mencionadas telas finais e o respetivo termo de responsabilidade do técnico autor do projeto;

A Câmara Municipal delibera considerar como conformes à lei as diligências tomadas (registo no livro de obra das alterações do projeto de alterações da rede de drenagem de águas residuais domésticas, entrega de telas finais e respetivo termo de responsabilidade do técnico autor do projeto), pelo que o titular do processo de licenciamento das alterações e ampliação de uma moradia e anexo, Augusto Blanco Jesus Santos, residente na rua principal, n.º 64, lugar da Pedrulheira, freguesia e concelho da Marinha Grande, não está obrigado a entregar o requerimento para emissão de alvará de licença, nem o termo de responsabilidade do técnico responsável pela direção técnica da obra, relativos à execução das alterações ao projeto de drenagem de águas residuais domésticas, como lhe foi imposto na deliberação camarária de 23-11-2013.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expresso o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

24 - REQ. N. 67/14, DATADO DE 16/01/2014 – PC N.º 15/14, DATADO DE 16/01/2014 – LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

79 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por **Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.**, com o registo de entrada n.º 67/14, datado de 16/01/2014, para referente a abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, relativos à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na **Rua das Figueiras, n.º 143**, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 21/01/2014, sobre o assunto.

A Câmara Municipal analisou a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes, designadamente, pelo facto do pavimento em betuminoso encontrar-se em bom estado de conservação, sem cortes ou reparações, devendo, por isso, ser encontradas soluções alternativas, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para, em sede de audiência previa, dizer, por escrito, no prazo de 15 dias, o que se lhe oferecer sobre a intenção de indeferir o pedido.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expressei o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

25 - REQ. N. 68/14, DATADO DE 16/01/2014 – PC N.º 16/14, DATADO DE 16/01/2014 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.

80 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 68/14, datado de 16/01/2014, apresentado por **EDP – Distribuição de Energia, S.A.**, com o NIPC 504394029, para abertura de vala numa extensão de 7,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em **Rua dos Diospiros**, lugar de Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 10/01/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou DEFERIR o pedido de ocupação da via pública, apresentado por EDP – Distribuição de Energia, S.A., com o NIPC 504394029, para abertura de vala

numa extensão de 7,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua dos Diospiros, lugar de Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expresse o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

26 - REQ. N. 66/14, DATADO DE 16/01/2014 – PC N.º 14/14, DATADO DE 16/01/2014 – LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

81 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 66/14, datado de 16/01/2014, apresentado por Lusitaniagás -Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em 1,00 metro de betuminoso, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua Pedrovão Grande, n.º 21, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 10/01/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou DEFERIR o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 1,00 metro de betuminoso, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua Pedrovão Grande, n.º 21, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.

- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expressei o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

27 - REQ. N. 65/14, DATADO DE 16/01/2014 – PC N.º 13/14, DATADO DE 16/01/2014 – PT COMUNICAÇÕES, S.A..

82 - Presente pedido de Ocupação da Via Pública, apresentada por PT Comunicações, S.A., para execução de trabalhos em subsolo, referentes aos trabalhos de ampliação das infraestruturas de telecomunicações, a levar a efeito na Rua Carlos Silva Couceiro, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 15/01/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para realização de trabalhos em subsolo, referentes aos trabalhos de ampliação das infraestruturas de telecomunicações, designadamente com execução de uma caixa de visita, para execução de uma requisição de ligação a levar a efeito na Rua Carlos Silva Couceiro, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos devem ser devidamente repostos nas condições em que se encontravam antes da intervenção.
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expresse o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

28 - REQ. N. 55/14 , DATADO DE 15/01/2014 – PC N.º 578/07, DATADO DE 20/09/2007 – BANCO COMERCIAL PORTUGUES, S.A.

83 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento relativo à obra de construção de moradia unifamiliar e muro de vedação, a que foi atribuído o número de processo 578/07, incidente sobre um prédio sito na Rua da Serraria, freguesia de Vieira de Leira, concelho de Marinha Grande, apresentado por Agostinho Cunha – Construções Cívicas, Lda., averbado para Banco Comercial Português, S.A., com o NIPC n.º 501525882, com sede na Praça D. João I, Porto, aprovado por deliberação camarária tomada na Reunião de Câmara de 15/07/2010;

Presente pedido de licença especial para conclusão de obra inacabada, nos termos do previsto no art.º 88 do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03;

Presente parecer técnico datado de 20/12/2014, sobre o assunto;

Considerando que:

- A caducidade da licença foi deliberada na presente reunião, de 23/01/2014;
- Atendendo às fotos que instruem o pedido, a obra em causa apresenta um avançado estado de execução;
- De acordo com o teor do parecer dos serviços de fiscalização, datado de 02/06/2010, verifica-se que a obra se encontrava, à data, em fase de acabamentos, faltando “pintura dos muros de vedação, colocação de pavimento, trabalhos de carpintaria, bem como arranjos exteriores envolventes”;
- Considerando, ainda, haver interesse na conclusão da obra, não se mostrando aconselhável a sua demolição por razões económicas, atendendo à atual conjuntura económica e aos custos que uma eventual demolição acarreta, para além do impacto urbanístico negativo que um prédio inacabado apresenta.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

A Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de licença especial para conclusão da obra inacabada, nos termos do previsto no art.º 88 do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expresso o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

29 - REQ. N. 2040/13, DATADO DE 12/12/2013 – PC N.º 426/13, DATADO DE 11/11/2013 – ICEBEL-MAQ.DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL,LDA.

84 - Presente pedido, datado de 12-12-2013, apresentado pela sociedade ICEBEL-Comércio de Máquinas e Desenvolvimento Industrial, Lda, referente à sujeição da operação urbanística aprovada (licenciamento da ampliação de uma unidade industrial para fabricação de equipamento mecânico para a indústria vidreira), ao quadro de benefícios previstos no Programa de Apoio ao Investimento Industrial no Concelho da Marinha Grande: 2013, que se dá por reproduzido.

Presente documento do Instituto da Segurança Social, datado de 26-11-2013.

Presente minuta de contrato de apoio ao investimento industrial.

Num momento em que se registam inúmeras dificuldades económicas e sociais e em que, cada vez mais, é importante incentivar a criação de postos de trabalho, não pode a Câmara Municipal da Marinha Grande ficar indiferente à realidade, cabendo-lhe (nas vertentes em que pode intervir) adotar medidas que facilitem e promovam o investimento privado.

O programa de apoio ao investimento industrial visa, no âmbito das atribuições municipais, incentivar os empreendedores a investirem no concelho da Marinha Grande e, simultaneamente, a criarem emprego.

Nestes termos, e apesar do que isso significa em termos de redução de cobertura de outras atividades, é prioritária a implementação do Programa de Apoio ao Investimento Industrial no concelho da Marinha Grande, que concede aos beneficiários a redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas.

A redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas dirige-se aos investimentos de natureza industrial e é graduada em função do número de postos de trabalho a criar.

O artigo 119.º, n.º 3, alínea f), do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, concede à Câmara Municipal a competência para deliberar sobre a redução em 50% das taxas devidas pela realização de operações urbanísticas a indústrias que sejam reconhecidas como de especial interesse social e económico.

A gravidade da situação económica nacional é relatada diariamente em todos os meios de comunicação, sucedendo-se os anos de recessão uns atrás dos outros e agravando-se a cada dia a situação das empresas que ainda resistem e consequentemente dos cidadãos, sejam trabalhadores, reformados ou desempregados.

O desemprego assume já um valor de tal modo significativo e atinge um grupo tão elevado de pessoas que não podem deixar de assumir relevo especial todos os investimentos geradores de emprego.

A situação social reflete necessariamente o estado da economia. As dificuldades sentidas pelas famílias são crescentes. O regresso ao mercado de trabalho daqueles que hoje estão no desemprego e o ingresso nesse mercado dos jovens, qualificados ou não, são fundamentais para a paz social.

Adequa-se claramente aos conceitos previstos naquela norma regulamentar a concessão de benefícios, que visam fomentar, na medida do possível, a criação de emprego e o desenvolvimento das atuais indústrias, assim como a instalação de novas unidades.

O especial interesse social e económico das unidades industriais é mensurado diretamente através da criação de postos de trabalho e indiretamente em função do valor global do investimento.

No caso em apreço, a entidade requerente assumiu o compromisso de criar 1 posto de trabalho no concelho da Marinha Grande. Encontra-se, assim, preenchido o pressuposto de aplicação do Programa de Apoio ao Investimento Industrial. Nestes termos, o pedido está enquadrado no patamar que confere 50% de redução das taxas urbanísticas identificadas no anexo que integra a minuta do contrato a celebrar.

A Câmara Municipal delibera, em conformidade com as regras constantes do Programa de Apoio ao Investimento Industrial de 2013 (aplicável ao caso de acordo com a deliberação 09-01-2014, por se tratar de um processo pendente a 31-12-2013), e com o artigo 119.º, n.º 3, alínea f), do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, aprovar a inclusão da operação urbanística licenciada através da deliberação camarária de 23-01-2014, respeitante à ampliação de uma unidade industrial, processo de licenciamento n.º 426/13, em nome de ICEBEL-COMÉRCIO DE MÁQUINAS E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, LDA, NIPC 501735283, com sede na Rua 1.ª de Janeiro, n.º 53, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande - no âmbito do citado Programa de Apoio e consequentemente conceder-lhe 50% de redução das taxas urbanísticas, nos exatos termos constantes da minuta de contrato que igualmente aprova, se dá por integralmente reproduzida e fica anexa (Anexo 1).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

Na sequência da aprovação da inclusão da operação urbanística aprovada no Programa de Apoio ao Investimento Industrial de 2013, o Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:

"Sobre a atribuição do apoio ao investimento industrial, que esta empresa vai usufruir, e bem, por ter criado 1 posto de trabalho, se fosse este ano (2014) este incentivo não seria atribuído, pois cria um posto de trabalho e o novo programa apenas contempla o incentivo para a criação de 3 ou mais postos de trabalho. Isto devia ter sido tido em conta em 2014".

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terminada a votação dos processos de obras particulares, o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para almoço, que decorreu das 13:30 horas às 14:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

No recomeço da reunião o Sr. Presidente informou o seguinte:

- ⇒ O ALDI abriu ontem porque assim o entenderam, pois tem licença para abrir desde o dia 19/12/2013;
- ⇒ À pergunta colocada pelo Sr. Vereador Carlos Logrado sobre as cadeiras da Casa da Cultura, respondeu que as mesmas foram desmontadas e vão ser novamente pintadas com a cor que se pretende.

30 - REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

Presente proposta de Regimento da Câmara Municipal da Marinha Grande, que visa assegurar um funcionamento mais eficaz do órgão autárquico, criando condições a um aumento da respetiva produtividade.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** pediu para intervir, referindo que se trata de um documento de grande importância para a reunião e para a sua eficácia, embora não concorde com algumas coisas. Como tinha sido combinado que o documento seria preparado com todos os Vereadores e até com os técnicos, de modo a levar a uma votação unânime, parece-lhe que dois dias para a sua análise é curto, pelo que pediu que o assunto fosse hoje discutido e não votado. Disse ainda ter algumas dúvidas legais pelo que gostaria de ouvir o jurista.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que concorda com o Sr. Vereador Carlos Logrado, e entende que um documento desta importância deveria ser votado unanimemente, aguardando também pela presença do jurista para esclarecer algumas questões.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** também se pronunciou, referindo que entende as intervenções dos dois Vereadores anteriores, sobre o consenso na elaboração e votação unânime do documento, para que tenha a força necessária e de que ele precisa. Seguidamente mencionou as respostas obtidas em anteriores reuniões, quando colocava a questão do Regimento, de que se estava a trabalhar no documento e que depois todos iriam contribuir e ser ouvidos, pelo que foi surpreendido quando o documento lhe apareceu sob a forma de análise e discussão. Deste modo, também propôs que a discussão de hoje seja para recolher sugestões e contributos.

O **Sr. Presidente** concordou com os pedidos dos Srs. Vereadores, chamando à reunião o Chefe da Divisão Jurídica e de Comunicação, Dr. Miguel Crespo, para esclarecer as questões jurídicas.

Depois de o Regimento ter sido analisado, artigo por artigo, foram recolhidos os contributos de todos, que irão ser contemplados na nova redação, devendo a mesma ser previamente distribuída a todos os membros do executivo e agendada para a próxima reunião ordinária da Câmara Municipal.

31 - HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DO LOTE N.º 47 DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE

85 - Considerando que o Lote 47, da Zona Industrial da Marinha Grande, se encontra inscrito a favor deste Município, na sequência da resolução do anterior contrato de compra e venda, conforme resulta da nota informativa da descrição na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9468/19950727 e da caderneta predial urbana correspondente ao artigo 11855, que se anexam.

Considerando que as opções do plano, aprovadas pela Assembleia Municipal, contêm previsão expressa relativa à alienação do presente lote da Zona Industrial.

Considerando que, nas referidas opções do plano, foi determinada uma base mínima de 150.000,00 euros.

Considerando que a promoção do desenvolvimento económico do concelho e a criação de emprego constituem uma prioridade municipal inequívoca.

Considerando que compete à Câmara Municipal promover a alienação de bens imóveis de valor até 1000 vezes a Remuneração Mínima Mensal Garantida, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Considerando que é obrigatório promover a alienação de bens imóveis através de hasta pública.

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alienar, em hasta pública, o Lote nº 47, da Zona Industrial da Marinha Grande, descrito sob o n.º 9468/19950727 na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 11855, nos seguintes termos:

1. A hasta pública deve ser publicitada, com a antecedência mínima de quinze dias contínuos, em dois jornais diários de circulação a nível nacional, num jornal local, no sítio de internet do Município, através de editais a afixar nos lugares de estilo e a enviar às associações empresariais de âmbito nacional, regional e local.
2. O valor base de licitação é de 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros).
3. As propostas devem ser apresentadas em sobrescrito fechado, identificando-se no exterior do mesmo o nome e o lote a alienar, que, por sua vez, é encerrado num segundo sobrescrito dirigido ao presidente da Comissão, devem ser endereçados ao Município da Marinha Grande, Praça Guilherme Stephens, 2430-522 Marinha Grande.
4. As propostas podem ser entregues pessoalmente ou enviadas por correio, sob registo, devendo ser elaborada lista das propostas apresentadas ordenada de acordo com a respetiva apresentação.
5. As propostas a apresentar devem indicar um valor para arrematação do imóvel superior à base de licitação e tendo como padrão o valor do lanço mínimo e respetivos múltiplos.
6. A apresentação das propostas referidas no n.º anterior deve ocorrer até às 17:00 horas do dia útil imediatamente anterior à data da realização da hasta pública.
7. A praça realiza-se pelas 10:00 horas, no Salão Nobre do Município da Marinha Grande, sito na Praça Guilherme Stephens, no dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação de propostas em sobrescrito fechado.
8. A praça inicia-se com a abertura das propostas recebidas, se existirem, havendo lugar a licitação, a partir do valor da proposta mais elevada, ou, se não existir qualquer proposta, a partir do valor base de licitação.
9. Podem intervir na praça os interessados ou seus representantes, devidamente identificados, e, no caso de pessoas coletivas, habilitados com poderes bastantes para arrematar, independentemente da apresentação de proposta em sobrescrito fechado.
10. O valor do lanço mínimo é fixado em 500,00 euros.
11. A licitação termina quando o presidente da comissão tiver anunciado por três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto.
12. Se não tiver havido apresentação de propostas válidas, nem licitação, o imóvel pode ser adjudicado provisoriamente a quem, no ato da praça, fizer a melhor oferta de preço não inferior à base de licitação anunciada.
13. Terminados os procedimentos enumerados, o lote é adjudicado provisoriamente pela comissão, a quem tiver oferecido o preço mais elevado, que deverá de imediato proceder ao pagamento de 20% do valor de adjudicação a título de sinal e declarar se a aquisição do imóvel é para pessoa a designar no prazo de dez dias úteis.
14. No final da praça, será elaborado o respetivo auto de arrematação que deve ser assinado pelos membros da comissão e pelo adjudicatário provisório.
15. O adjudicatário provisório deve apresentar os documentos comprovativos de que se encontra em situação regularizada perante o Estado em sede de contribuições e impostos,

bem como relativamente à sua situação contributiva para com a segurança social, no prazo de dez dias úteis a contar da data da adjudicação provisória. A não apresentação dos documentos, por motivo imputável ao adjudicatário provisório, implica a não adjudicação definitiva.

16. A decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação compete à Câmara Municipal, devendo dela ser notificado o adjudicatário, por carta registada com aviso de receção, no prazo de 30 dias úteis a contar da adjudicação provisória.

17. Pode não haver lugar à adjudicação provisória ou definitiva quando haja fundado indícios de conluio entre os proponentes ou qualquer outra causa justificativa.

18. O pagamento da parte restante do preço (80%), deve ser efetuado na data da outorga da escritura pública de compra e venda, a realizar no prazo de sessenta dias úteis a contar da data da adjudicação definitiva, salvo motivo de força maior. Esgotado este prazo, a arrematação ficará sem efeito perdendo o adjudicatário o valor do sinal pago.

19. Todas as despesas decorrentes da alienação são de conta do adjudicatário.

20. O não cumprimento pelo adjudicatário dos procedimentos ou obrigações antes enunciadas implica a perda de quaisquer direitos eventualmente adquiridos sobre o imóvel, bem como das importâncias já entregues.

21. A prestação de falsas declarações ou a falsificação de documentos apresentados implica a exclusão da hasta pública, bem como a anulação da adjudicação, no caso de o imóvel lhe ter sido adjudicado, perdendo as quantias já entregues, sem prejuízo de participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal.

22. Verificando-se a situação prevista nos n.ºs 20 ou 21, ou quando por outra causa não haja lugar à competente adjudicação definitiva, o imóvel pode ser adjudicado ao interessado que apresentou a proposta ou o lanço de que resultou o valor de arrematação imediatamente inferior, desde que superior à base de licitação.

A alienação fica sujeita às seguintes condições:

1ª O terreno destina-se à construção de instalações industriais do comprador, de acordo com o previsto no Plano de Pormenor da Zona Industrial da Marinha Grande.

2ª O comprador compromete-se a apresentar o projeto das obras a realizar, em conformidade com as normas legais e regulamentares em vigor, no prazo de seis meses a contar da data de celebração da escritura pública de compra e venda.

3ª O comprador deve assegurar o exercício da atividade licenciada para o lote, salvo qualquer circunstância excecional aceite por deliberação da Câmara Municipal.

4ª A alienação do lote e das benfeitorias nele existentes depende de autorização expressa da Câmara Municipal.

5ª Caso se verifique incumprimento de qualquer das condições indicadas, o lote reverte para a propriedade do Município, considerando-se resolvido o contrato e não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

A comissão que dirige a hasta pública tem a seguinte composição:

Presidente – Vereador Paulo Vicente

Vogal – Inês Marrazes

Vogal – Vânia Santos

Suplentes – Susana Silva

Licitador – Carlos Duarte

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS, NO CENTRO EMPRESARIAL DA MARINHA GRANDE. ABERTURA DE PROCEDIMENTO.

86 - Presente programa de procedimento e caderno de encargos que têm por objeto a concessão de exploração de um estabelecimento de restauração e bebidas, no Centro Empresarial da Marinha Grande.

Considerando que se revela adequado colocar ao dispor de todos os eventuais interessados as instalações existentes no Centro Empresarial da Marinha Grande e que esta Câmara Municipal não dispõe de meios para promover a sua exploração direta.

A Câmara Municipal, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea ee), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e com o artigo 16.º, n.º 1, alínea b), do Código dos Contratos Públicos, delibera:

- a) Realizar um procedimento de concurso público com vista à atribuição da exploração de um estabelecimento de restauração e bebidas, no Centro Empresarial da Marinha Grande;**
- b) Aprovar as peças do procedimento (programa do procedimento e caderno de encargos);**
- c) Designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição: Pedro Jerónimo, presidente, Vânia Santos e Luís Barreiros, vogais, Jorge Junqueira e Eva Costa, suplentes.**

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO DA PRAIA DA VIEIRA. INCUMPRIMENTO. DELIBERAÇÃO FINAL.

87 - Na sequência de deliberação camarária, de 14 de novembro de 2013, foi o concessionário notificado, para efeitos de audiência prévia, da intenção de acionar a caução prestada no âmbito do contrato celebrado.

Não foram apresentadas quaisquer alegações ou requeridas diligências complementares.

Presente informação da Divisão Financeira, de 11 de outubro, na qual se reporta que a entidade responsável pela exploração do Parque de Campismo da Praia da Vieira não efetuou, em tempo, o pagamento da segunda tranche da renda inicial, no montante total de 5.166,00 euros.

Presente informação da Divisão Jurídica, de 24 de outubro, na qual se conclui que é possível acionar a caução especificamente prestada para garantir o pagamento da segunda tranche da renda relativa ao primeiro ano de vigência do contrato, precedida de audiência prévia do concessionário.

Considerando que não foi efetuado, no prazo estabelecido, o pagamento da segunda tranche da renda relativa ao primeiro ano de vigência do contrato;

Considerando que o cocontratante prestou caução, através de guia de depósito, no valor correspondente à renda referida;

Considerando que o concessionário nada alegou em sede de audiência prévia.

Assim, a Câmara Municipal delibera acionar a caução prestada, no valor de 5.166,00 euros (cinco mil, cento e sessenta e seis euros), para liquidação da segunda tranche da renda relativa ao primeiro ano de vigência do contrato, nos termos da cláusula 22.ª do contrato celebrado em 27 de abril de 2012.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO CAFÉ BAMBI EM SÃO PEDRO DE MOEL.

88 - Presente contrato de concessão da exploração do Café Bambi em São Pedro de Moel. Presente proposta, de 29 de agosto passado, apresentado pelo representante da entidade exploradora Font, Martins & Barradas, Lda.ª, relativa ao fracionamento do pagamento da renda anual em três prestações (4.323,82 euros, 2.594,30 euros e 3.459,10 euros, a liquidar nos meses de setembro, janeiro e abril de cada período anual de duração do contrato).

Considerando que:

- o contrato celebrado estabelece o pagamento da renda devida numa única prestação na data de aniversário;
- a situação social e económica nos últimos anos evoluiu de forma desfavorável, o que é suscetível de provocar a diminuição da procura dos serviços prestados no âmbito da concessão;
- a distribuição proposta mantém o princípio da antecipação do pagamento relativamente ao período de exploração do estabelecimento a que respeita, na medida em que corresponde à divisão da renda anual, após atualização, pelos 12 meses de aplicação e à

multiplicação do resultado pelos meses abrangidos pela data proposta de pagamento de cada componente;

- o fracionamento da renda constitui uma garantia adicional de cumprimento do contrato;
- se deve manter como data de vencimento da primeira prestação a data de aniversário do contrato;
- o fracionamento da renda deve vigorar no que respeita ao período contratual iniciado em 19 de agosto passado.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea ee), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) Autorizar o fracionamento da renda devida no âmbito do contrato de concessão da exploração do Café Bambi, em São Pedro de Moel, em três prestações a liquidar até ao dia 19 de agosto, 31 de janeiro e 30 de abril de cada período de duração anual do contrato;
- b) Autorizar a aplicação do fracionamento da renda ao período contratual iniciado em 19 de agosto de 2013 e consequentemente determinar o pagamento das duas primeiras prestações, no valor total de 6.918,12 euros (4.323,82 euros, relativos aos meses de agosto a dezembro de 2013 e 2.594,30 euros, relativos aos meses de janeiro a março de 2014), no prazo de oito dias úteis a contar da data de notificação da presente deliberação;
- c) Determinar que o pagamento relativo aos meses de abril a julho, no valor de 3.459,10 euros, ocorra até ao dia 30 de abril de 2014;
- d) Anular a fatura n.º 2/21194/2013, de 31 de dezembro de 2013, em função da aplicação do fracionamento do pagamento da renda ao atual período anual de duração do contrato, iniciado em 19 de agosto passado.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - RECEPÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL

89 - Presente Auto de Recepção Provisória Parcial da obra de “Requalificação do Património Stephens – fase 1, serviços educativos, galeria municipal e cafetaria - Concurso público nº. 05/11”, adjudicada por deliberação de Câmara, de vinte e três de novembro de dois mil e onze, à empresa “Habitâmega – Construções, S.A.”, pelo valor de 318.472,41€ (trezentos e dezoito mil quatrocentos e setenta e dois euros e quarenta e um cêntimos), relativo aos trabalhos no espaço designado por “Cafetaria”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que os trabalhos foram executados de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber

provisoriamente os trabalhos relativos ao espaço supra enunciado, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395º. do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada com 5 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expresso o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

36 - RECEPÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL

go - Presente Auto de Recepção Provisória Parcial da obra de “Requalificação do Património Stephens – fase 1, serviços educativos, galeria municipal e cafetaria - Concurso público nº. 05/11”, adjudicada por deliberação de Câmara, de vinte e três de novembro de dois mil e onze, à empresa “Habitâmega – Construções, S.A.”, pelo valor de 318.472,41€ (trezentos e dezoito mil quatrocentos e setenta e dois euros e quarenta e um cêntimos), relativo aos trabalhos nos espaços designados por “Receção do Museu do Vidro” e “Foyer”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que os trabalhos foram executados de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente os trabalhos relativos aos espaços supra enunciados, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395º. do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada com 5 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expresso o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

37 - RECEPÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL

91 - Presente Auto de Recepção Provisória Parcial da obra de “Requalificação do Património Stephens – fase 1, serviços educativos, galeria municipal e cafetaria - Concurso público nº. 05/11”, adjudicada por deliberação de Câmara, de vinte e três de novembro de dois mil e onze, à empresa “Habitâmega – Construções, S.A.”, pelo valor de 318.472,41€ (trezentos e dezoito mil quatrocentos e setenta e dois euros e quarenta e um cêntimos), relativo aos trabalhos nos espaços designados por “Galeria” e “Serviços Educativos”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que os trabalhos foram executados de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente os trabalhos relativos aos espaços supra enunciados, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395º. do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada com 5 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expresso o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

38 - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DATADO DE 16/01/2014

92 - Presente despacho do Exmo. Sr. Presidente datado de 16 de janeiro de 2014, que se passa a transcrever:

“Ao abrigo da competência delegada pela Câmara Municipal em 6 de novembro de 2013, defiro o pedido de ocupação de espaço público com a ocupação da Praça Guilherme Stephens, para as comemorações do 18 de janeiro de 1934 e isento o pedido do pagamento das taxas previstas no artigo 10.º da Tabela da Taxas Municipais. Atendendo que a verificação dos requisitos que habilitam a isenção de taxas é da competência da Câmara Municipal, elabore-se proposta de deliberação de ratificação do presente despacho de isenção de taxas, a ser presente na próxima reunião do dia 23.01.2014.”

Atendendo que as comemorações do 18 de janeiro de 1934 são desenvolvidas em parceria com o Município da Marinha Grande, situação que, ao abrigo da alínea g) do n.º 3 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, é suscetível de enquadrar no regime da isenção de taxas, a Câmara Municipal, de acordo com o previsto no nº3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera ratificar a presente proposta.

Esta deliberação foi tomada com 5 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expresso o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

39 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

93 - O Sport Império Marinhense, solicita à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para realização de noite de karaoke, no dia 25 de janeiro de 2014 das 21:00h às 02:00h;
- Licença especial de ruído, para o evento “Festival de Sopas”, com animação musical, no dia 1 de fevereiro de 2014 das 19:00h às 02:00h;
- Licença especial de ruído, para realização de Baile de Carnaval, no dia 1 de março de 2014 das 19:00h às 02:00h;
- Licença especial de ruído, para realização de Baile de Carnaval, no dia 2 de março de 2014 das 16:00h às 24:00h;
- Licença especial de ruído, para realização de Baile de Carnaval, no dia 3 de março de 2014 das 19:00h às 02:00h.
- Licença especial de ruído, para realização de Baile dos Reis de Carnaval, no dia 22 de março de 2014 das 21:00h às 02:00h.
- Licenças para colocação de publicidade alusiva aos eventos.

A associação “Teatresco – Grupo de Teatro, solicita à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença para eventos organizados em locais públicos, para realização de “Feira de Trocas” do Largo da Igreja, em Vieira de Leiria, no dia 2 de fevereiro de 2014 das 9:00h às 14:00h.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

Presente informação nº 2/AF e 3/AF de 20 de janeiro de 2014, fundamentada de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal **delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Sport Império Marinhense e o Teatresco – Grupo de Teatro, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças de ruído, publicidade e licença para eventos organizados em locais públicos.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4º - ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA - POVT - PROGRAMA OPERACIONAL VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO - EIXO PRIORITÁRIO II - SISTEMAS AMBIENTAIS E DE PREVENÇÃO, GESTÃO E MONITORIZAÇÃO DE RISCOS, DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO – CICLO URBANO DA ÁGUA

94 - No mês de outubro de 2012 a autarquia submeteu ao Programa Operacional Valorização do Território 2007-2013, 14 candidaturas no âmbito do Eixo Prioritário II “Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos”, domínio de intervenção – Ciclo Urbano da Água.

No dia 14 de janeiro de 2014 foi recebida uma comunicação da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Valorização do Território, na qual a Câmara Municipal da Marinha Grande foi notificada para proceder ao envio dos documentos necessários à celebração de contrato de financiamento atenta decisão de aprovação de duas operações, a saber a “*Rede de Saneamento do Lugar de Albergaria – Coletor B34*” e “*Rede de Drenagem Doméstica no Lugar de Fonte Santa - Marinha Grande*”.

Entre os documentos requeridos foi solicitada a apresentação de NIB de conta bancária específica para as operações aprovadas no âmbito das candidaturas apresentadas.

Considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro “ (...) *A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue (...)*”.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

A Câmara Municipal da Marinha Grande delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, autorizar a abertura de uma conta bancária na Caixa Geral de Depósitos com a designação “QREN – POVT”, na qual serão efetuados todos os movimentos financeiros das candidaturas ao referido programa, sendo intervenientes na movimentação da mesma:

- Álvaro Manuel Marques Pereira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Paulo Jorge Campos Vicente, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Paula Cristina Madeira da Silva Serra, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Janete Rato Fernandes, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2013, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 75.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013

95 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal tomada em 28/01/2013, na continuação da sua reunião de 24/01/2013, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 75.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- tratar-se de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 75.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de dezembro de 2013 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 28/01/2013, na continuação da sua reunião de 24/01/2013.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da relação dos serviços adjudicados no mês de dezembro de 2013 atenta deliberação camarária de 28/01/2013, na continuação da sua reunião de 24/01/2013, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado seja o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1, do art. 128.º, do Código dos Contratos Públicos.

42 - PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.

96 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º do referido diploma, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria do referido membro do Governo.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º

4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 5 do mesmo artigo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

No caso das autarquias locais, verifica-se ainda que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, atento o disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, pelo que, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previsto no n.º 4 do artigo 73.º do mesmo diploma.

No ano de 2013 foi publicada a Portaria n.º 16/2013 a 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, para dar cumprimento ao preceituado no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de fevereiro.

Verifica-se, no entanto, que em 2014, e até presente data, não foi publicada qualquer portaria que regule os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública tal como previsto e preceituado no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Considerando que o Município da Marinha Grande tem que garantir que são criadas as ferramentas destinadas a assegurar a eficiência e eficácia na gestão em matéria de contratação pública, o que não se obterá sem que, entre outras medidas, se estabeleça uma autorização genérica para efeitos de parecer prévio vinculativo.

Considerando que a autorização genérica deverá refletir a realidade municipal, nomeadamente no que respeita ao universo de contratação necessária para assegurar o normal funcionamento dos serviços, bem como o cumprimento do disposto nos documentos previsionais de 2014, aprovados pela Assembleia Municipal da Marinha Grande.

Face ao exposto a câmara municipal delibera:

1 - Para efeitos do disposto no n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de aquisição de serviços, desde que se verifique cumulativamente:

- tratar-se de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o nº2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);
- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 73º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

2 – que até ao término do mês seguinte aquele a que respeitam, deverá ser elaborada a lista dos contratos celebrados ao abrigo do disposto no ponto anterior, com expressa referência ao objeto do contrato, adjudicatário e valor de adjudicação, tendo em vista a sua apresentação na reunião de Câmara Municipal que estiver agendada a seguir ao término do prazo supra referido.

3 – que o regime previsto na presente deliberação aplica-se a todos os contratos de prestação de serviços que, por via de celebração ou renovação, produzam efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

43 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PATROCÍNIO JUDICIÁRIO EM TODOS OS PROCESSOS JUDICIAIS EM QUE O CONTRAENTE PÚBLICO SEJA PARTE OU INTERVENIENTE”, PARA O PERÍODO DE 24 MESES, COM INÍCIO A 1 DE FEVEREIRO.

97 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei

n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

No ano 2013, na sequência do previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2013, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de fevereiro foi publicada a 17 de janeiro a Portaria n.º 16/2013, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública.

Verifica-se, no entanto, que em 2014, e até presente data, não foi publicada qualquer portaria que regule os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública tal como previsto e preceituado no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 e art.º 33, ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 11787 da DJC - Divisão Jurídica e de Comunicação, acompanhada de Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 11/AP/2014 de 20 de janeiro de 2014, determinando a necessidade de se proceder à contratação de serviços de patrocínio judiciário pelo período de 24 meses, com início a 1 de fevereiro de 2014, e o convite ao Dr. Victor Manuel Pereira de Faria.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na prestação de serviços de patrocínio judiciário em todos os processos judiciais em que o contraente público seja parte ou interveniente, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem caráter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e que não existe pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções objeto do contrato, por se tratar do exercício de uma profissão liberal.

Considerando que, atento o objeto do contrato a celebrar, os serviços não podem ser assegurados por recursos próprios da entidade adjudicante em função da especificidade técnica dos serviços a prestar e da exigência de habilitações profissionais próprias em matéria de patrocínio judiciário e que atento o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 20 de janeiro de 2014, foi determinado que o convite deverá ser endereçado ao Dr.º Vitor Manuel Pereira de Faria, com a cédula profissional n.º 1279 c, pelo que se consideram cumpridos os requisitos dispostos no n.º 2 do art.º 127 do Código dos Contratos Públicos, atenta redação preceituada na Lei do Orçamento de Estado de 2012.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Considerando que a entidade a convidar possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa para contratação da *“Aquisição de serviços de patrocínio judiciário em todos os processos judiciais em que o contraente público seja parte ou interveniente”*, para o período de 24 meses, com início a 1 de fevereiro, na classificação orgânica/económica 0103/010107, ação do PAM 2014/A/36, e que foi emitida a proposta de cabimento, em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar é de 54.422,00 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 12% preceituada no n.º1 do art.º 73º conjugado com a alínea b) do n.º 1 do art.º33 ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, atento contrato vigente em 2013, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no artigo 35.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na sua redação atual, e no art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na sua redação atual e de acordo com o disposto no n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Aquisição de serviços de patrocínio judiciário em todos os processos judiciais em que o contraente público seja parte ou interveniente para o período de 24 meses”*, com início a 1 de fevereiro.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto contra por considerar que a figura do concurso público ajusta-se mais à boa utilização dos dinheiros públicos.”

44 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO E EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM INÍCIO PREVISTO A 1 DE FEVEREIRO DE 2014 - RETIFICAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS EM 14/11/2013 E 28/11/2013

98 - Em reunião da Câmara Municipal de 14/11/2013, foi deliberado solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato que se pretendia celebrar para o *“Fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial”*, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

A Assembleia Municipal, na sua sessão de 22/11/2013, deliberou autorizar a assunção de compromissos plurianuais para a celebração do contrato de *“Fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial”*.

Considerando que em reunião da Câmara Municipal de 28/11/2013, foi deliberada a abertura do procedimento para contratualização do fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial para o período de 12 meses, com início previsto a 1 de fevereiro de 2014, ao abrigo de acordo quadro n.º 018, denominado de *Eletricidade* (AQ-ENE-2011), celebrado pela ANCP (Agência Nacional de Compras Públicas).

Considerando que as deliberações supra referidas firmavam a existência de dotação para a assunção da despesa na ação 2013/A/3 do Plano de Atividades Municipais (PAM) de 2013, nas classificações orgânica/económica 0103/0103090103 e 0103/06020399 e que existe um lapso de escrita na identificação das classificações orgânica/ económicas, dado que as classificações corretas são 0103/020201 e 0103/06020399, existindo assim um erro de redação quando se indicou a classificação económica 0103090103.

Face ao exposto, e por se tratar de um mero lapso de escrita, por existir dotação na data da autorização da assunção de compromissos plurianuais, na classificação 0103/020201 da referida ação 2013/A/3 a Câmara Municipal delibera, nos termos do preceituado no art.º 148.º do Código do Procedimento Administrativo proceder à retificação das deliberações tomadas nas suas reuniões de 14/11/2013 e 28/11/2013, nos seguintes termos:

- Na deliberação de câmara tomada a 14/11/2013:

Onde se lê:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

“(….)Considerando que em sede da 20ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, foi proposto o reforço da dotação para a assunção de despesa relativa ao “FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA A EDIFÍCIOS CAMARÁRIOS”, nas classificações orgânica/económica 0103/0103090103 e 0103/06020399 e ação do PAM 2013/A/3(…).”

Deve ler-se:

“(….)Considerando que em sede da 20ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, foi proposto o reforço da dotação para a assunção de despesa relativa ao “FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA A EDIFÍCIOS CAMARÁRIOS”, nas classificações orgânica/económica 0103/020201 e 0103/06020399 e ação do PAM 2013/A/3 (…).”

- Na deliberação de câmara tomada a 28/11/2013:

Onde se lê:

“(….)Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013, ação do PAM 2013/A/3, dotação para a assunção de despesa nos anos de 2014 e 2015 relativa ao fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial, nas classificações orgânica/económica 0103/0103090103 e 0103/06020399(…).”

Deve ler-se:

“(….)Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013, ação do PAM 2013/A/3, dotação para a assunção de despesa nos anos de 2014 e 2015 relativa ao fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial, nas classificações orgânica/económica 0103/020201 e 0103/06020399(…).”

A presente deliberação produz efeitos à data de 14/11/2013, no que respeita à deliberação tomada pela Câmara Municipal de 14/11/2013 e a 28/11/2013, no que respeita à deliberação tomada pela reunião da Câmara Municipal do mesmo dia, nos termos da alínea a) do n.º2 do art.º 128 do Código do Procedimento Administrativo.

Mais delibera que seja dado conhecimento da presente deliberação à Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de Fevereiro 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

45 - REAPRECIACÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 4.º FRENTE ESQUERDO DO BLOCO M, SITO NA AVENIDA DA LIBERDADE, CASAL DE MALTA – MAFALDA SOFIA GOMES GRÁCIO - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

99 - Presente informação n.º 73 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 15 de janeiro do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social, sita na morada em epígrafe.

Considerando que, o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que, ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Avenida da Liberdade:

MORADOR	BLOCO	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/13 (DEZ.º)	RENTA/14 (FEV.º)
Mafalda Sofia Grácio	M	4.º Fte Esq.º	09/12/2008	73,47€	12,34€

Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 12,34€ (doze euros e trinta e quatro cêntimos), calculada nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de 1 de fevereiro de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

46 - REESTRUTURAÇÃO DO ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA CELEBRADO COM O ARRENDATÁRIO ORLANDO JESUS GOMES NORTE, RESIDENTE NA RUA ANTÓNIO LOPES N.º 18, CAMARNAL

100 - Presente requerimento do arrendatário mencionado em epígrafe, datado de 25 de junho de 2012 e com o registo de entrada n.º 5144, a solicitar a reestruturação do pagamento do acordo de regularização de dívida, aprovado em reunião de câmara de 20 de agosto de 2009, por motivos de incapacidade económica.

Presente informação n.º 82 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 16 de janeiro do corrente ano, a dar conta da proposta apresentada recentemente e presencialmente pelo Sr. Orlando Norte, no sentido de efetuar o pagamento do valor em dívida, atualmente de montante superior ao contratualizado no anterior acordo, repartido por anos civis e cada um deles em 18 prestações mensais, sempre acrescidas do montante correspondente à renda atual.

Considerando que, o valor atual em dívida é de 2.476,87€ (dois mil quatrocentos e setenta e seis euros e oitenta e sete cêntimos)

Considerando que, o arrendatário em causa não tem condições económicas para efetuar o pagamento integral da dívida;

Considerando que, Orlando de Jesus Gomes Norte não conseguiu cumprir o acordo de regularização de dívida anteriormente celebrado, em 2009, devido ao valor da prestação calculada à data em 53,37€, porque a esse valor ainda acrescia a renda mensal;

Considerando que, das 36 prestações do acordo, apenas conseguiu pagar 6;

Considerando a manifesta vontade do arrendatário em reestruturar o plano de pagamento da dívida de forma faseada e repartida por anos civis;

Considerando a atual conjuntura económica que o país atravessa,

Considerando por último, a alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande em vigor, que determina que: “ *em caso de mora ou na impossibilidade de pagamento da renda, nos termos e prazos fixados, deve o arrendatário informar a Câmara Municipal sobre quais os motivos pelos quais a obrigação não está a ser cumprida, propondo acordo de regularização de dívida*”.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande concordar com o pagamento do valor total das rendas em atraso, repartido por cinco acordos de regularização, cada um deles com a duração de 18 meses, da seguinte forma:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

1.º Acordo de Regularização de Dívida

ANO CIVIL	MÊS	RENDA
2006	dezembro	108,10€
2007	janeiro	108,10€
2007	fevereiro	108,10€
2007	março	108,10€
2007	dezembro	101,76€

TOTAL **534,16€/18 → 29,68€ (valor da prestação a pagar)**

2.º Acordo de Regularização de Dívida

ANO CIVIL	MÊS	RENDA
2008	janeiro	101,76€
2008	abril	53,71€
2008	julho	53,71€
2008	agosto	53,71€
2008	setembro	53,71€
2008	outubro	53,71€
2008	novembro	53,71€
2008	dezembro	53,71€

TOTAL **477,73€/18 → 26,54€ (valor da prestação a pagar)**

3.º Acordo de Regularização de Dívida

ANO CIVIL	MÊS	RENDA
2009	janeiro	53,71€
2009	fevereiro	53,71€
2009	março	53,71€
2009	abril	53,71€
2009	maio	53,71€
2009	junho	53,71€
2009	julho	53,71€
2009	agosto	53,71€

TOTAL **429,68€/18 → 23,87€ (valor da prestação a pagar)**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

4.º Acordo de Regularização de Dívida

ANO CIVIL	MÊS	RENDA
2010	março	53,71€
2010	abril	53,71€
2010	maio	53,71€
2010	junho	53,71€
2010	julho	53,71€
2010	agosto	53,71€
2010	setembro	47,55€
2010	outubro	47,55€
2010	novembro	47,55€
2010	dezembro	47,55€

TOTAL **512,46€/18→28,47€(valor da prestação a pagar)**

5.º Acordo de Regularização de Dívida

ANO CIVIL	MÊS	RENDA
2011	janeiro	47,55€
2011	fevereiro	47,55€
2011	março	47,55€
2011	abril	47,55€
2011	junho	47,55€
2011	julho	47,55€
2011	agosto	47,55€
2011	setembro	47,55€
2011	outubro	47,55€
2011	novembro	47,55€
2011	dezembro	47,55€

TOTAL **523,05€/18→29,06€(valor da prestação a pagar)**

Mais delibera que, o 1.º acordo de regularização entre em vigor já a partir de março do corrente ano efetuando o inquilino, a partir do mês em causa, o pagamento da prestação correspondente, neste caso, 29,68€ (vinte e nove euros e sessenta e oito cêntimos) acrescido de uma renda atual, durante o período de 18 meses.

Delibera ainda que, os restantes acordos de regularização de dívida e cujos valores se encontram devidamente identificados nos quadros anteriores, entrem sucessivamente em vigor logo após a liquidação dos anteriores, também eles com a duração de 18 meses.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

47 - CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA COM GRAÇA MARIA NASCIMENTO, ARRENDATÁRIA RESIDENTE NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE N.º 12, CAMARNAL

101 - Presente informação n.º 89 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 17 de janeiro do corrente ano, a dar conta da proposta apresentada recentemente e presencialmente por Graça Nascimento, no sentido de efetuar o pagamento do valor em dívida, em 12 prestações mensais, sempre acrescidas do montante correspondente à renda atual.

Considerando que, a arrendatária em causa não reúne condições económicas que lhe permitam liquidar integralmente o montante em causa;

Considerando a intenção da mesma em liquidar a dívida que tem para com o Município da Marinha Grande, no valor de 216,30€ (duzentos e dezasseis euros e trinta cêntimos);

Considerando a proposta apresentada para o pagamento da dívida, em 12 prestações mensais, no valor mensal de 18,03€ (dezoito euros e três cêntimos), acrescido sempre do valor da renda atual;

Considerando por último, a alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande em vigor, que determina que: “ *em caso de mora ou na impossibilidade de pagamento da renda, nos termos e prazos fixados, deve o arrendatário informar a Câmara Municipal sobre quais os motivos pelos quais a obrigação não está a ser cumprida, propondo um acordo de regularização de dívida*”.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande concordar com o pagamento da dívida, no valor de 216,30€ (duzentos e dezasseis euros e trinta cêntimos), em 12 prestações mensais, no valor unitário de 18,03€ (dezoito euros e três cêntimos), acrescido do valor da renda corrente, com efeitos a partir de março/2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

48 - AVERBAMENTO NO TÍTULO DE INSCRIÇÃO E AQUISIÇÃO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 3.ºB, DO BLOCO 30, SITO NA RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO, A FAVOR DOS HERDEIROS DE ADELINO ANTÓNIO SARAIVA SOUSA

102 - Por escritura pública celebrada em 03/12/2003, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 199/2002, de 25 de Setembro, foi efetuada a transferência patrimonial do IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado para o Município da Marinha Grande, dos direitos e obrigações sobre as frações autónomas sitas nas freguesias da Marinha Grande e de Vieira de Leiria e descritas no documento complementar anexo à referida escritura.

Considerando que, nos termos da cláusula 2ª, nº 1, alínea a) da mencionada escritura, o Município aceitou, *“...a partir da data da respectiva transmissão a responsabilidade pelos direitos e obrigações...”* decorrentes dos contratos *“...de venda em propriedade resolúvel, escritos ou verbais, celebrados pelo IGAPHE ou pelas entidades que o antecederam na titularidade daquele património.”*

Considerando que, em 02/02/2004 foi recebido nesta Câmara Municipal ofício do IGAPHE, registado com o n.º de entrada 935, com a epígrafe “Transferência dos Bairros do IGAPHE para a Câmara Municipal da Marinha Grande”, através do qual foi anexada *“listagem dos moradores em propriedade resolúvel e respectivas prestações”*. (cfr. doc. 1).

Do referido documento consta o processo do morador-adquirente Adelino António Saraiva Sousa.

Considerando que, aos dez dias do mês de novembro de 1983, foi celebrado entre Adelino António Saraiva de Sousa, casado com Gualdina Pinto Monteiro de Sousa e a Comissão Liquidatária do Fundo de Fomento de Habitação um contrato de atribuição da casa em regime de propriedade resolúvel.

Considerando que, em 14/08/2007, faleceu o morador-adquirente em causa, assumindo o Município da Marinha Grande, as treze prestações vincendas, dado a inexistência de seguro de vida e invalidez permanente e absoluta, considerando-se assim uma amortização antecipada.

Considerando que, o pagamento da última prestação ocorreu a 30/10/2008, através da guia de receita número 2602/2008, tipo 3, tendo em conta que existiam ainda algumas prestações em atraso, à data do falecimento do morador-adquirente, havendo a sua filha regularizado a situação no dia acima identificado.

Considerando que, de acordo com o art.º 2º, nºs 4 e 5 do Decreto-Lei 167/93, de 07 de Maio:

4 – “Com o pagamento da última prestação extingue-se o regime de propriedade resolúvel, sendo o fato averbado no título de aquisição”.

5 – “Com base no disposto no número anterior, podem os interessados requerer às conservatórias do registo predial os respectivos averbamentos na inscrição do prédio.”

A Câmara, analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com os

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

números 1 e 2 do art.1º do Decreto-Lei n.º 167/93, de 07 de Maio, que sejam acionados os mecanismos com vista ao averbamento no título de inscrição e aquisição da fração correspondente ao 3ºB, do Bloco 30, sito na Rua General Humberto Delgado, a favor dos herdeiros de Adelino António Saraiva Sousa.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

49 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO APRESENTADA PELO SR. VEREADOR CARLOS LOGRADO - REGULAMENTO DO PROVIDOR DO MUNÍCIPE DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

Proposta a Votação

Reunião Ordinária do Executivo Camarário
Reunião 23 de Janeiro 2014

1- Introdução / Contextualização

Em tempo de modernização administrativa, a relação entre os Serviços Municipais e os munícipes deve orientar-se pelo respeito, dos princípios da transparência, da confiança e da colaboração entre as partes.

Um Regime Democrático deve promover uma aproximação e um incentivo à participação dos cidadãos na vida pública, incluindo o direito de reclamar, quando entenderem que os serviços não lhe estão a prestar um serviço de qualidade.

2- Justificação

Milhares de cidadãos usufruem diariamente dos serviços prestados pelo Município nas suas diferentes freguesias, com características e necessidades específicas.

Para além do Livro de Reclamações e dos meios legais externos ao Município, não existe, atualmente nenhuma entidade única a quem os munícipes possam recorrer para apresentar queixas ou reclamações sobre o funcionamento desses Serviços, à exceção dos próprios Serviços, situação que põe em causa a imparcialidade com que essas reclamações são atendidas, encaminhadas e analisadas.

A inexistência de um órgão de recurso independente e autónomo é susceptível de favorecer comportamentos arbitrários, parciais ou de indiferença por parte dos Serviços Municipais.

A criação de um órgão que garanta uma apreciação imparcial dessas reclamações, tendo em vista a resolução dos problemas que as originam e a apresentação de propostas de melhoria que evitem recorrência de reclamações futuras, significa uma boa prática de gestão autárquica. Esse órgão será o Provedor do Município.

Este cargo, sem remuneração, deverá ser ocupado por um cidadão residente no concelho há mais de dez anos, na posse e titularidade de todos os direitos civis e políticos e com comprovada reputação de integridade, isenção e independência.
Será eleito pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, necessitando dos votos favoráveis de dois terços dos membros efetivos.

Criado à semelhança da instituição do Provedor de Justiça, será um intermediário nas relações entre os cidadãos e o Município, competindo-lhe receber queixas, reclamações e sugestões e dar informações úteis sobre direitos e deveres dos munícipes.

Procurará, pela via do diálogo ou mediante recomendações dirigidas ao Executivo Camarário e Assembleia Municipal, facilitar, resolver ou eliminar as situações que são objeto de reclamação, solucionar diferendos ou corrigir as situações lesivas dos interesses dos munícipes, sempre com isenção e bom senso.

A sua função passa também por libertar os serviços municipais de alguns casos que não faz sentido serem resolvidos pela autarquia, encaminhando os munícipes para as instituições adequadas à sua resolução.

Permitindo um acesso amplo e direto dos cidadãos aos organismos do poder local, o Provedor do Município será determinante na facilitação da participação política, conferindo-lhe um carácter de uma certa informalidade, promovendo, além disso, uma relação de maior proximidade da Autarquia com os seus Munícipes, sobretudo os mais idosos e os mais carenciados.

3- Enquadramento legal

O resultado da experiência positiva assumida a nível nacional pelo Provedor de Justiça e, a nível local, pelos Provedores do Município em muitas outras autarquias, são elementos reveladores da importância que estes órgãos de recurso independentes podem assumir no âmbito da defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e na melhoria e celeridade do funcionamento dos serviços públicos.

A constituição da figura do Provedor do Município, vem mencionada no ponto 2.1.2. do Plano de Comunicação da Agenda 21 Local.

4- Proposta a votação

A criação do Cargo de Provedor do Município no concelho da Marinha Grande, como instrumento de reforço da participação política, aprofundando a dimensão participativa dos cidadãos na vida democrática.

Regulamento do Provedor do Município anexo a esta proposta.

A pedido de alguns membros do executivo que solicitaram mais tempo para análise da proposta, o proponente concordou que o assunto não fosse votado nesta reunião,

pedindo que o documento seja sujeito à análise jurídica do Chefe da DJC, Dr. Miguel Crespo, efetuando-se posteriormente a análise e decisão política em próxima reunião.

REGULAMENTO DO PROVIDOR DO MUNÍCIPE DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

Artigo 1º (Provedor do Município)

1. É criado no Município da Marinha Grande o Gabinete do Provedor do Município, cuja função visa a defesa e promoção dos direitos e interesses legítimos dos munícipes face aos atos dos órgãos e serviços municipais.
2. O Provedor do Município exerce a sua atividade com independência e legitimidade que lhe é conferida pelo presente regulamento e pela Assembleia Municipal.

Artigo 2º (Designação)

1. O Provedor do Município é eleito pela Assembleia Municipal, por maioria de dois terços dos seus membros efetivos, sob proposta da Câmara e toma posse perante o Presidente da Assembleia Municipal, sendo independente e exercendo com imparcialidade em relação a todos os órgãos autárquicos.
2. O Provedor do Município será um cidadão residente no concelho há mais de dez anos, inscrito como eleitor na área do Município, na posse e titularidade de todos os direitos civis e políticos, que goze de comprovada reputação de integridade e independência e que não tenha integrado qualquer lista de candidatura aos órgãos do Município no mandato em curso.

ARTIGO 3.º Duração do Mandato

1. O mandato do Provedor do Município é coincidente com o mandato da Assembleia Municipal, podendo ser prorrogável.
2. Após o termo do período por que foi designado, o Provedor do Município mantém-se em exercício de funções até à posse do seu sucessor.
3. A designação do Provedor do Município deve efetuar-se nos trinta dias posteriores ao início do mandato da Assembleia Municipal.
4. O Provedor do Município pode ser destituído pela Assembleia Municipal, por maioria de dois terços, sob proposta fundamentada.

5. O Provedor do Município pode renunciar às funções em carta dirigida ao Presidente da assembleia Municipal
6. Verificando-se a vacatura do cargo, a designação do Provedor do Município deverá ter lugar na 1ª reunião da Assembleia Municipal subsequente.

Artigo 4º **Competências**

Ao Provedor do Município compete:

- a) Receber queixas, reclamações e solicitações por ação ou omissão dos órgãos e serviços municipais, analisar e procurar resolver as reclamações que lhe forem apresentadas;
- b) Dirigir recomendações e pareceres à Câmara Municipal, com cópia à Assembleia Municipal, em matérias da sua competência com vista à correção de atos ilegais ou injustos praticados pelos Serviços do Município
- c) Requerer informações aos órgãos e serviços municipais
- d) Dirigir os processos por si organizados, para o Provedor de Justiça e com este colaborar na sua resolução
- e) Elaborar semestralmente um Relatório da sua atividade, enviando-o para a Câmara e Assembleia Municipal para apreciação, podendo divulgá-lo após o conhecimento destas entidades.

Artigo 5º **Dever de colaboração**

1. Os órgãos e serviços municipais têm o dever de prestar ao Provedor do Município, atempadamente, toda a colaboração que lhes for solicitada para o bom desempenho das suas funções.
2. O Provedor do Município tem acesso a dados e documentos municipais, nos limites da lei, e pode deslocar-se aos locais de funcionamento dos serviços.
3. O Provedor do Município pode recorrer ao Presidente da Câmara, à Câmara ou à Assembleia Municipal, caso se verifique que os serviços não dão resposta às questões por ele colocadas.

Artigo 6º **Poder de iniciativa**

O Provedor do Município exerce as suas funções mediante queixa dos munícipes ou por iniciativa própria.

Artigo 7º **Queixas e direito de resposta**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

1. As queixas podem ser apresentadas por escrito ou oralmente, mediante a devida identificação dos queixosos.
2. As queixas apresentadas oralmente devem ser reduzidas a escrito e assinadas pelo queixoso sempre que saiba e possa fazê-lo.

Artigo 8º **Serviços de apoio**

Para o desempenho das suas funções o Provedor do Município tem ao seu dispor serviços de apoio técnico e administrativos disponibilizados pela Câmara, que definirá as instalações adequadas para o seu funcionamento.

Artigo 9º **Casos omissos**

A resolução dos casos omissos deste regulamento bem como as dúvidas acerca da sua interpretação competem à Assembleia Municipal, sob proposta do Provedor do Município.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

103 - De acordo com o previsto no art.º 19º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

50. REQ. N. 99/14, DATADO DE 22/01/2014 – PC N.º 159/2012, DATADO DE 29/03/2012 – POR CRESMOEL – CENTRAL RESERVAS GESTÃO DE HABITAÇÕES & CONDOMÍNIOS, LDA.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

50 - REQ. N. 99/14, DATADO DE 22/01/2014 – PC N.º 159/2012, DATADO DE 29/03/2012 – POR CRESMOEL – CENTRAL RESERVAS GESTÃO DE HABITAÇÕES & CONDOMÍNIOS, LDA.

104 - Presente requerimento n.º 118/13, datado de 23/01/2013, a solicitar a verificação das condições de salubridade ao terraço que rodeia as frações propriedade da Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande, na torre Sul do Centro Comercial Lumar – Edifício Lumar, em virtude de existirem infiltrações de águas para as frações do rés-do-chão do referido edifício.

Presente deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 21/03/2013, pela qual foi determinada a realização de nova vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, por forma a sanar as lacunas do procedimento anterior, e a determinar as obras necessárias a corrigir as más condições de segurança e salubridade apresentadas pela edificação.

Presente Auto de Vistoria datado de 04/07/2013, referente à vistoria realizada em 04/04/2013, a enquadrar o estado em que se encontrava o referido imóvel.

Presente deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 11/07/2013, a determinar a execução das obras de reparação constantes do teor do Auto de Vistoria datado 04/07/2013, a levar a efeito em parte do edifício correspondente a torre Sul do Centro Comercial Lumar – Edifício Lumar sito na Rua Prof. Virgílio de Moraes, Freguesia de Marinha Grande, concedendo um prazo de 60 dias para o efeito, nos termos do disposto no n.º 2 do art. 89.º do referido Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

Presente exposição apresentada por Cresmoel – Central Reservas Gestão de Habitações & Condomínios, Lda., registada sob o n.º 99/14, em 22/01/2014, referindo que se mantêm as anomalias anteriormente existentes e ainda a presença de novas infiltrações na cave do edifício.

Presente parecer jurídico, a propor a verificação pela comissão de vistorias da execução das obras anteriormente determinadas, bem como a realização de nova vistoria à totalidade da edificação, em virtude das anteriores vistorias terem sido parciais, no qual foi exarado despacho do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser realizada nova vistoria com o máximo de urgência.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara delibera:

- 1. Determinar a realização da vistoria prévia à totalidade do imóvel em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do R.J.U.E. - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, por forma a verificar a execução dos trabalhos determinados por deliberação camarária tomada na reunião de 11/07/2013, bem como aferir da necessidade de realização de outras obras, necessárias a corrigir as más condições de segurança e salubridade apresentadas pela totalidade da edificação, agendando-se a mesma para dia 05/02/2014, pelas 10h00, devendo o auto a elaborar conter as menções constantes do n.º 4 do mencionado artigo;**
- 2. Notificar esta decisão a ambas as entidades responsáveis pela administração do condomínio, de modo a ficar representada a totalidade dos proprietários das frações do edifício objeto do procedimento, informando que, até à véspera da vistoria poderão indicar perito para intervir na realização da vistoria e formular os quesitos que entendam, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 90.º do R.J.U.E.;**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 02

3. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do mencionado diploma legal, delibera ainda, manter a composição da comissão de vistoria determinada na reunião de 21/03/2013, que efetuará a vistoria agora determinada.

Esta deliberação foi tomada com 6 votos a favor e 1 recusa de votar do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:

“Não expresso o meu voto neste processo pelo facto de, aquando do envio da ordem do dia, não ter sido cumprida a parte do número 2 do artigo 53.º do regime jurídico das autarquias locais, isto é, não foi enviada, em simultâneo, a respetiva documentação. Por este facto, entendo não ter tido acesso aos documentos que permitem a análise do processo e tomada de uma decisão esclarecida e fundamentada”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente, a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Carlos Logrado reiteraram a intervenção proferida no início da apreciação dos processos de obras particulares.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

105 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.º s 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 18:40 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião